



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Biaguito Lopes

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador: Doutor Sérgio Chilra Lagoa, Professor auxiliar do departamento de Economia Política, ISCTE-IUL

Novembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Biaguito Lopes

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador: Doutor Sérgio Chilra Lagoa, Professor auxiliar do departamento de Economia Política, ISCTE-IUL

Novembro, 2021

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica



Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Biaquito Lopes

Novembro 2021



Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Biaquito Lopes

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Agradecimentos

A realização deste trabalho contou com o apoio e incentivos de muitas pessoas sem as quais provavelmente não teria conseguido deixar um contributo sobre o Impacto da COVID-19 na Economia dos PALOP e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à crise pandémica.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela sabedoria que me concedeu para poder prosseguir com o curso.

Ao Professor Doutor Sérgio Chilra Lagoa, por ter aceitado o desafio de ser orientador deste trabalho, pelo apoio e disponibilidade que sempre demonstrou, desde a primeira hora, especialmente no aconselhamento do tema, em apresentar-me sugestões e comentários que foram muito valiosos na melhoria deste trabalho. A minha gratidão.

Agradecer à minha família, que foram incríveis, em especial à minha guerreira mãe Júlia Gomes que sempre me apoiou em tudo, aos meus irmãos e irmãs, primos, primas, tias, e de modo especial ao meu sobrinho Moisés Demba, Roberta Cumatcha a minha segunda família, Cassiano Camamate, César Condom, Aldeniir Raúl dias, Nélio Raúl Dias, a minha tia Regina Gomes Dias que aceitou com prontidão para mim receber na sua casa em Portugal e ao meu falecido tio Raúl Dias aquém peço a Deus um canto na glória eterna, o meu muito obrigado a todos vocês.

Não menos importante, aos meus amigos, Clésio Soares Batista, Ença Mané, Galileo Vitoria Indequê, Samuel Sanca, Gilberto Jorge Cajucam, Mamadu da Cunha, e aos colegas do Ministério da Economia e Finanças, em especial os ex-Diretores-gerais, Óscar Cunha e Totas João Correia, pela oportunidade que me deram para poder frequentar o mestrado.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Resumo

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) foram atingidos pela crise sanitária da pandemia Covid-19 no início do primeiro trimestre de 2020. Deste modo, gerou-se numa crise económica e social, sobretudo em países com forte dependência externa, que se apresenta como uma das mais sérias crises sanitárias vividas, com os mais altos custos socioeconómicos das últimas décadas.

O objetivo deste trabalho é analisar os impactos da COVID-19 na Economia dos PALOP, compreender se as respostas dadas pelos diferentes governos favorecem ou não o acentuar da pobreza nas famílias, o desaparecimento das empresas de um tecido empresarial já muito débil, constituído pelas pequenas e médias empresas e a economia informal, e ainda se o crescimento das dívidas públicas levará a uma situação de insustentabilidade.

A nível metodológico esta tese é baseada nos estudos de caso, através da combinação de métodos qualitativos e quantitativos. O método qualitativo foi utilizado na recolha das informações e análise dos dados obtidos, entre quais quadros e os documentos oficiais destes países durante o intervalo abrangido pelo estudo, entre 2018-2020. O método quantitativo, foi utilizado para uma análise descritiva simples dos dados das diferentes variáveis económicas escolhidas.

Os resultados demonstram que a crise sanitária da Covid-19 afetou significativamente as economias dos PALOP e as medidas tomadas foram importantes na mitigação dos impactos da pandemia nas famílias e nas empresas, mas não foram suficientemente capazes de atenuar a pobreza como desejado.

Palavras-chave: Impacto, COVID-19, Economia, PALOP, PIB, Pandemia.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Abstract

The Portuguese-speaking African Countries (PALOP) were hit by the health crisis of the Covid-19 pandemic at the beginning of the first quarter of 2020. In this way, an economic and social crisis was generated, especially in countries with strong external dependence, which presents as one of the most serious health crises experienced, with the highest socioeconomic costs in recent decades.

The objective of this work is to analyse the impacts of COVID-19 on the Economy of the PALOP, to understand whether the responses given by the different governments favour or not the accentuation of poverty in families, the disappearance of companies from an already very weak business fabric, made up of small and medium-sized enterprises and the informal economy, and whether the growth of public debts will lead to a situation of unsustainability.

At a methodological level, this thesis is based on case studies, through the combination of qualitative and quantitative methods. The qualitative method was used to collect information and analyse the data obtained, including tables and official documents from these countries during the period covered by the study, between 2018-2020. The quantitative method was used for a simple descriptive analysis of the data of the different economic variables chosen.

The results demonstrate that the Covid-19 health crisis significantly affected the PALOP economies, and the measures taken were important in mitigating the impacts of the pandemic on families and companies but were not sufficiently capable of alleviating poverty as desired.

Key Words: Impact, COVID-19, Economy, PALOP, GDP, Pandemic.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

ÍNDICES

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	5
1. Revisão da Literatura e medidas de política económica implementadas em resposta à pandemia da COVID_19	5
1.1-Impacto do Vírus na Economia e as Políticas Implementadas como resposta à pandemia	5
1.2- Medidas políticas tomadas pelas organizações internacionais para África, para responder aos impactos da COVID-19 na Economia, nas famílias e nas empresas.....	10
CAPÍTULO 2	11
2. Impacto da COVID-19 nos principais indicadores económicos dos PALOP, em comparação com o Senegal e a África Subsaariana.....	11
2.1- Número de casos confirmados e de mortos por país.	11
2.1-1. Evolução da COVID-19 nos PALOP e um olhar comparativo com o Senegal e a África Subsaariana.....	11
2.2- Impacto da COVID-19 sobre o PIB real dos PALOP	14
2.3- Impacto da COVID-19 sobre os Saldos Orçamentais dos PALOP.....	19
2.4- Impacto da COVID-19 sobre a Dívida Pública dos PALOP.....	22
2.4-1. Assistência Financeira e Alívio do Serviço da Dívida do Fundo Monetário Internacional para Países de PALOP	28
2.5- Impactos Sociais da COVID-19 nos PALOP	30
2.6- Impacto de COVID-19 na Economia do Senegal em Comparação com os Países de PALOP.....	33
CAPÍTULO 3	37

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

3. Quais são as medidas estão a ser tomadas pelos diferentes países para atenuar os impactos da COVID-19 nas economias dos PALOP e de que forma as medidas sociais tomadas pelos diferentes governos contribuem para não acentuar dos níveis da pobreza ... 37

CONCLUSÃO 45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 49

□ Referências de dados..... 51

ANEXOS..... 52

Índices de Quadros

Quadro 2.1: Números de casos confirmados e de mortos em África e no mundo **12**

Quadro 2.2: Números de casos confirmados e de mortes com infeção por covid-19 por milhão de habitantes **13**

Quadro 2.3: Evolução do PIB real durante 2018-2020 e as projeções de 2021-2022..... **18**

Quadro 2.4: Evolução do Saldo Global dos PALOP em relação ao PIB as projeções de 2021-2022..... **21**

Quadro 2.5: Evolução das despesas totais em relação ao PIB de 2018-2020 e as projeções de 2021-2022..... **22**

Quadro 2.6: Evolução da Dívida Pública dos PALOP durante 2018-2020 e as projeções de 2021-2021..... **27**

Quadro 2.7: Mecanismos de Financiamento de Emergência do Fundo Monetário Internacional para COVID-19 **30**

Quadro 3.8: Resumo das Medidas Tomadas por Países de PALOP -----42

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Outros Anexos

<u>A. Contextualização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)</u>	52
<u>A.1-Angola</u>	52
<u>A.2-Cabo Verde</u>	53
<u>A.3-Guiné-Bissau</u>	54
<u>A.4-Moçambique</u>	55
<u>A.5-São Tomé e Príncipe</u>	56

Abreviaturas

Afiximbank- Banco Africano de Exportações e Importações

BAD- Banco Africano de Desenvolvimento

BCEAO- Banco Central dos Estados da África Ocidental

BCV- Banco Central de Cabo Verde

BNA- Banco Nacional de Angola

BOAD- Banco de Desenvolvimento da África Ocidental

BREXIT- *Saída Britânica* (Acordo de Saída do Reino Unido da União Europeia)

CCRT- Confiança na Contenção e Alívio de Catástrofes

CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

COVID-19 Novo coronavírus SARS-CoV-2”

CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CVE- Escudo Cabo-verdiano

DSSI- Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida

ECF- Extensão de Linha de Crédito

EFF- Extensão de Facilidade de Fundo

UE- União Europeia

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

FCFA- Franco da Comunidade Financeira Africana Ocidental

FED- Reserva Federal dos Estados Unidos (Banco Central dos Estados Unidos da América)

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNLA- Frente Nacional para a Libertação de Angola

G20- Grupo dos 20 Países Mais Industrializados do Mundo

GFC- Crise Financeira Global

INECV- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

INEGB- Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau

INEM- Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado

Kwanzas- Moeda Nacional Angolana

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB- Produto Interno Bruto

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC- Paridade do Poder de Compra

RCF- Facilidade de Crédito Rápido

RFI- Instrumento de Financiamento Rápido

SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

UEMOA- União Económica e Monetária da África Ocidental

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

UNCTAD- Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

UNECA- Comissão Económica das Nações Unidas para África

UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola

USD- Dólar americano

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Introdução

A nova pandemia de coronavírus surgiu em finais de 2019, na província chinesa de Wuhan, e rapidamente espalhou-se pelo mundo no primeiro trimestre de 2020. Atendendo à sua rápida transmissão e dado o seu impacto na saúde das populações, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma emergência global de saúde pública no dia 11 de março de 2020.

Os países começaram a tomar medidas de confinamento geral que implicavam diretamente no fecho de muitos setores da atividade económica, nomeadamente o comércio e transportes, fazendo com que muitas empresas fechassem durante período de vigência do confinamento, colocando milhares de trabalhadores numa situação muito delicada. De forma semelhante, aqueles que mantiveram a sua atividade aberta, dadas as restrições à mobilidade dos cidadãos, tenderam a reduzir a sua produtividade. Porém, os custos fixos, bem como os efeitos negativos da incerteza criada pela própria crise sanitária sobre as intenções de consumo e de investimento no curto e médio prazo nas famílias e nas empresas

Deste modo, gerou-se uma crise económica e social, sobretudo em países com forte dependência externa, apresentando-se como uma das mais sérias crises sanitárias vividas, com altos custos socioeconómicos, em particular nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. De acordo com a União Africana (2020), os três principais parceiros comerciais do continente Africano são: União Europeia (UE), China e Estados Unidos da América.

O primeiro parceiro comercial, a UE, devido aos fortes laços históricos com o continente africano, realiza inúmeros intercâmbios comerciais com África, representando cerca de 34% das trocas comerciais. O segundo parceiro comercial, a China, face à sua dinâmica de industrialização, durante uma década elevou o nível do seu comércio com África; sendo que cerca de 18,5% das exportações da África são para a China. Por último, o terceiro parceiro comercial, os Estados Unidos da América, representa cerca de 9% das exportações da África.

A pandemia pôs à prova três aspetos fundamentais: primeiro, o controlo da evolução da doença COVID-19; segundo, manter viva a atividade económica e evitar consequências sociais; terceiro e último, as políticas devem permanecer ágeis e flexíveis para responder em função da evolução da situação, apoiando as famílias e as empresas numa ótica sustentável, tornando a economia mais resiliente.

De acordo com UNECA (2020), em África poucos países têm capacidade para implementar pacotes de estímulo por forma a atenuar os efeitos sobre a economia no seu todo,

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

e as medidas mais tomadas no continente incluiu a redução da taxa de juro e a assistência à liquidez das famílias e das empresas. Os países com maior capacidade fiscal reforçaram as despesas relacionadas com a proteção social, por forma a proteger as famílias mais carenciadas durante o encerramento de atividades económicas.

A pandemia abriu um buraco enorme na economia dos países do PALOP impondo desafios para estes países que já vinham com dificuldades antes do surgimento da crise sanitária. Ao longo dos estudos observou-se que estes países já tinham com enormes dificuldades provocadas pelo abrandamento no crescimento da economia mundial de uma forma generalizada no ano de 2018, que se prolongou até ao primeiro semestre de 2019. Tal abrandamento foi marcado pela desaceleração da procura global, impactando a evolução do comércio internacional e também pelo fraco desempenho dos mercados financeiros globais, principalmente da união europeia devido às incertezas do BREXIT e tensão comerciais entre duas maiores economias mundiais EUA/China.

De acordo com Banco de Portugal (2019a), os PALOP são constituídos por pequenas economias abertas com um grau significativo de dependência face ao exterior, em vários domínios, que as tornam particularmente vulneráveis aos choques externos ou à evolução do enquadramento internacional através destes indicadores: os preços de matérias primas, investimentos diretos estrangeiros, ajuda externa (com exceção de Angola), remessas dos emigrantes (sobretudo Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e as receitas provenientes do turismo (essencialmente Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Face ao exposto, pergunta-se: “qual é o impacto da COVID-19 na economia dos PALOP e como estão os governos a responder-lhe?”

Diante dos dados ilustrativos no panorama africano, particularmente nos PALOP, os motivos pelos quais surgiu a ideia de estudar o tema acima é o facto de serem economias muito frágeis e, como tal, poderem ser muito afetadas pela COVID-19. A pergunta de investigação é importante porque permite à sociedade académica em geral, e particularmente aos estudiosos pertencentes a estes países, explorarem as relações existentes entre uma crise sanitária, que se transformou numa crise socioeconómica seu impacto nos rendimentos das famílias e das empresas. Acredita-se que os estudos aqui apontados, a partir da pergunta de investigação

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

poderá trazer algumas considerações importantes que venham a ajudar na compreensão e consequentemente tomadas de medidas tendentes à resolução do problema

Para obter resposta à pergunta de investigação foram utilizadas as bases de dados dos Ministérios das Finanças, Ministérios da Economia e Plano, Bancos Centrais (BCEAO, BNA, BCV, BCM e BCSTP), Institutos Nacionais de Estatística (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco de Portugal, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial de Saúde (OMS) e consultoras credenciadas nestes países. Foram utilizados os dados anuais de séries temporais compreendidas entre 2018 e 2020. Foram ainda analisados os documentos legais publicados por estes países e os seus parceiros de desenvolvimento, dependendo da zona de integração, e relatórios do Banco de Portugal sobre os PALOP e Timor-Leste.

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar de que forma a COVID-19 impactou nas economias dos PALOP e compreender se as respostas dadas pelos diferentes governos favorecem ou não o acentuar da pobreza nas famílias, o desaparecimento das empresas de um tecido empresarial já muito débil, constituído pelas pequenas e médias empresas e a economia informal, e ainda se o crescimento das dívidas públicas levará a uma situação de insustentabilidade no curto e no médio prazo, aplicando uma combinação dos métodos qualitativos e quantitativos. O método qualitativo foi utilizado na recolha das informações e análise dos dados obtidos, gráficos, tabelas e os documentos oficiais destes países, durante o intervalo abrangido pelo estudo, entre 2018-2020, através das fontes já mencionadas. O método quantitativo foi utilizado para uma análise descritiva dos dados das diferentes variáveis económicas escolhidas, recorrendo ao uso de percentagens e médias, através da utilização do Microsoft Excel (MS-Excel).

No que tange à escolha do método de investigação, este está relacionado com a natureza dos dados que foram utilizados para analisar os impactos da COVID-19 na Economia dos PALOP e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica, atendendo que objetivo principal é de compreender se as respostas dadas pelos diferentes governos ajuda na mitigação dos efeitos da pandemia nas famílias, nas empresas, níveis de pobreza, situação de economia informal, e a situação das dívidas públicas destes países numa situação de insustentabilidade a curto e médio prazo.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Para atingir os resultados preconizados nesta dissertação, o trabalho tem a seguinte estrutura: num primeiro momento, uma breve introdução, onde se expõe a situação dos países membros dos PALOP antes serem atingidos pela crise sanitária.

No Capítulo 1, apresentam-se as visões de outros autores sobre o tema e, em seguida, as medidas de política económica implementadas em resposta à pandemia, com atenção às medidas das políticas tomadas pelas organizações internacionais para África, para responder aos impactos da COVID-19 na Economia, nas famílias e nas empresas.

No Capítulo 2, faz-se uma apresentação dos dados relativos ao impacto da COVID-19 nos principais indicadores económicos, sociais e sanitários dos PALOP, em comparação com o Senegal e África Subsaariana, nos anos 2018-2020, que serviu para medir as variações ao longo do tempo, nomeadamente: (i) Números de Casos Confirmados e de Mortos por País, (ii) Impacto da COVID-19 sobre o PIB real dos PALOP, (iii) Impacto da COVID-19 sobre Saldos Orçamentais dos PALOP, (iv) Impacto da COVID-19 sobre a Dívida Pública dos PALOP e as Assistências Financeira e Alívio do Serviço da Dívida do FMI, (v) Impactos Sociais da COVID-19 nos PALOP, e (vi) Impacto da COVID-19 na Economia do Senegal em comparação com os PALOP.

No Capítulo 3, apresentam-se as medidas que estão a ser tomadas pelos diferentes países para atenuar os impactos da COVID-19 nas economias dos PALOP e de que formas as medidas sociais tomadas pelos diferentes governos contribuem para não acentuar os níveis da pobreza. Por último, expõem-se as considerações finais do trabalho.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Capítulo 1

1. Revisão da Literatura e medidas de política económica implementadas em resposta à pandemia da COVID_19

1.1- Impacto do vírus na economia e as políticas implementadas como resposta à pandemia.

A pandemia da COVID-19 surgiu num contexto muito adverso, quando o crescimento do PIB global desacelerou para 2,8% em 2019, contra 3,5% em 2018, marcada pela desaceleração na procura global, impactando o comércio global de mercadorias que caiu 3% em 2019, para USD\$ 18,9 biliões e apesar da subida do comércio global dos serviços comerciais 2% em 2019, para USD\$ 6,0 biliões, a economia mundial não teve grande desempenho.

De acordo com Roubini (2020), a pandemia do novo coronavírus obrigou as autoridades governamentais a adotarem medidas e restrições mais rígidas, impondo um confinamento quase total, paralisando, assim, uma parte significativa da economia, tanto nas economias avançadas, como em economias de mercados emergentes e também nas economias do terceiro mundo.

Em segundo lugar, os efeitos da pandemia atingiram economias numa escala global, afetando profundamente o comércio mundial e a aviação, deixando por terra centenas de aviões, superando a crise financeira global (GFC) de 2008, a crise da dívida soberana de 2011 e até mesmo a Grande Depressão de 1929, com quedas muito significativas no mercado acionista, em torno de 50%, no PIB contraído em 10% e um aumento de 10% na taxa desemprego 10% em pouco mais de três semanas de crise.

De acordo com FMI (2020e), relativamente as projeções atualizadas, em outubro de 2020, o PIB mundial deverá registar uma queda de 4,4% em 2020 e voltará a crescer a partir de 2021, a economia mundial deverá recuperar progressivamente, devendo o crescimento mundial atingir 5,2%, sob efeito do aumento do consumo e do investimento, embora a um nível moderado. As projeções indicam que também na África Subsaariana, os efeitos dos choques externos, conjugada com as medidas de combate à pandemia da COVID-19, levarão igualmente a atividade económica nesta parte do continente africano a sofrer uma contração estimada em 3,0% pelo FMI (2020e).

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Em relação ao comércio mundial, projeta-se uma contração em termos de volume de 11,9% em 2020, refletindo o impacto especialmente negativo nas cadeias de valor globais de bens e no comércio de serviços. Os serviços de transportes e de turismo são particularmente afetados pelas restrições à circulação e pelo distanciamento social.

De acordo com a União Africana (2020), mais de um terço dos países africanos dependem da exportação de matérias-primas, nomeadamente do petróleo, do gás natural, do cacau, dos minérios, da castanha de caju, fosfato e bauxite. Principalmente na África Subsaariana, onde o petróleo contribuiu para o crescimento da economia em torno de 5% em 2014, e posteriormente, a queda registada nos preços do petróleo provocou uma queda do PIB para 1,4% em 2016 e no turismo.

De acordo com o Governo de Portugal (2020), no programa de estabilidade e resiliência, estima-se que, em média, a cada 30 dias úteis de confinamento se gere um impacto negativo no crescimento anual do PIB de 6,5 pontos percentuais.

De acordo com McKibbin & Fernando (2020), as interrupções da produção na China, devido à crise sanitária, provocaram uma interrupção no funcionamento das cadeias de abastecimento globais, atendendo a que a economia chinesa tem um elevado peso no comércio internacional, tanto no fornecimento de produtos acabados, produtos intermédios e matérias-primas, assim como tem grande capacidade de aquisição de matérias-primas, particularmente no continente africano.

De acordo com Mattei & Heinen (2020), referem que no Brasil, além do choque no emprego, os setores do comércio e transportes - terrestre, aéreo e marítimo foram significativamente afetados pela COVID-19, trazendo como consequência aumento de taxa de desemprego, os outros setores também foram afetados com a crise sanitária, nomeadamente, a agricultura, pecuária e pesca. Em outras palavras, o setor primário da economia seguido do setor secundário.

De acordo com Williams & Kayaoglu (2020), os apoios financeiros de curto prazo fornecidos aos trabalhadores e as empresas em resposta à pandemia de coronavírus apenas substitui a perda de receitas declaradas de empresas, funcionários e trabalhadores por conta própria, não havendo suporte disponível para empresas, funcionários e trabalhadores independentes que operam na economia não declarada que também perderam rendimento.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

De acordo com Silva P. (2020), a Organização Internacional do Trabalho projeta que cerca de 1,6 biliões de trabalhadores informais foram afetados pelas medidas de isolamento empreendidas em todo o mundo, provocando perdas significativas no primeiro mês da crise, tendo registado uma redução de 60% nos seus rendimentos, em termos médios. Estes números são maiores em África e na América Latina, onde se regista uma perda média de 81%. Entretanto, a taxa relativa da pobreza deve aumentar nos países de rendimento médio alto em 35% e nos países de rendimento médio baixo em 56%, nos trabalhadores informais.

De acordo com UNECA (2020), cerca de 90 países solicitaram financiamento de emergência ao Fundo Monetário Internacional para fazerem face às despesas com sistemas de saúde, em consequência da crise sanitária iniciada na cidade chinesa de Wuhan, em dezembro de 2019, que provocou fortes impactos nas contas públicas e uma significativa desaceleração destas economias.

Conforme dados do Banco de Portugal (2020a), o FMI apoiou cerca 80 países, num montante que em meados de agosto ascendia a 64 mil milhões de Direito Especial de Saque (DSE), aproximadamente 88 mil milhões de USD, limites anuais de acesso a facilidades de emergência.

Por outro lado, o FMI e o Banco Mundial lançaram uma iniciativa de suspensão temporária de serviços da dívida aos credores bilaterais oficiais até final de 2020, que foi aceite pelo G20 e apoiada pelo Clube de Paris. Até meados de setembro, 43 países elegíveis solicitaram a participação, representando cerca de 5,3 mil milhões de USD da suspensão de pagamento de serviço da dívida.

De acordo com o Banco de Portugal (2020b), as medidas de mitigação da crise sanitária devem ser eficazes para melhorar o nível de confiança das famílias e das empresas, atendendo à magnitude e profundidade das disrupções ao nível da oferta e da procura de bens e serviços.

Em primeiro lugar, o Layoff Simplificado, através do qual parte dos custos salariais associados às empresas foi assegurada pelo Estado, para evitar elevados números de desempregados, assim como para assegurar os rendimentos das famílias e a liquidez das empresas, por forma, ainda, a não permitir um aumento substancial dos níveis de pobreza.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Em segundo lugar, o governo adotou um sistema de moratórias bancárias que permitiu a suspensão do pagamento de créditos vencidos, capital e juros, durante um período determinado, destinado às famílias e às empresas, e ainda concedeu linhas de créditos às empresas.

Em último lugar, para mitigar a insuficiência temporária de liquidez, atendendo a que muitas empresas e famílias terão necessidades de financiamento, o sistema bancário decidiu aumentar o volume de crédito correspondente às solicitações para suprir no imediato os custos financeiros e económicos específicos do impacto da pandemia.

De acordo com o Banco de Portugal (2020b), o efeito em relação à atividade económica ocorreu em vários canais de transmissão.

Em primeiro lugar, no lado da oferta, o canal de transmissão mais direto deve-se à impossibilidade de manutenção em funcionamento de algumas atividades económicas, em virtude das medidas de confinamento tomadas por grande parte dos governos, o que implicou diretamente o fecho de muitos setores da atividade económica, nomeadamente a nível do comércio e transportes, fazendo com que muitas empresas fechassem durante o período de confinamento, colocando milhares de trabalhadores em situação muito delicada. Mesmo aqueles que mantiveram a sua atividade aberta, dadas as restrições à mobilidade dos cidadãos, tiveram uma redução acentuada no volume de negócio.

Em segundo lugar, no lado da procura, o canal de transmissão mais direta teve a ver com perda de rendimento e os efeitos negativos da incerteza criada pela própria crise sanitária sobre as intenções de consumo e de investimento no curto e médio prazo, nas famílias e nas empresas.

De acordo com o Banco de Portugal (2020b), as medidas de restrição ou encerramento de produção num dado país não afetam só a atividade económica daquele país, mas também provocam disrupções nas economias cujas empresas pertencem à mesma cadeia de produção. Um exemplo concreto foi a falta de produção de máscaras na China, que gerou um efeito negativo em todo mundo, no início da pandemia.

De acordo com a UNECA (2020), a crise sanitária gerou um forte impacto no comércio internacional, desde a perturbação das cadeias de abastecimento globais, à queda no valor da produção, nomeadamente petróleo, turismo, remessas e diminuição do investimento.

Em primeiro lugar, os preços do petróleo bruto caíram 54 por cento nos últimos três meses desde o início do ano de 2020, com os preços atuais a situarem-se abaixo de US\$ 30 o barril.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Por outro lado, os preços do gás natural e dos metais caíram 30 por cento e 4 por cento, respetivamente. De acordo com a União Africana (2020), o setor petrolífero representa em torno de 25% do PIB total dos 10 maiores produtores de petróleo em África, nomeadamente Nigéria, África do Sul, Egito, Argélia, Marrocos, Angola, Quênia, Etiópia, Gana e Tanzânia.

Em último lugar, as importações dos produtos médicos e farmacêuticos do continente africano são maioritariamente provenientes da União Europeia, representando cerca de (51,5%) do total das importações da África, seguido da Índia (19,3%), da Suíça (7,7%), China (5,2%), Estados Unidos (4,3%) e Reino Unido (3,3%).

Conforme revelam dados do Banco de Portugal (2020a), nas economias onde o setor do turismo é relevante, como é o caso de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, perspectiva-se uma retração súbita e prolongada no tempo nas fontes de rendimento e na captação de divisas. Os mesmos efeitos ocorrerão nos países exportadores de matérias-primas, como é o caso de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que enfrentam choques contorcionistas elevados, quer pelo esmorecimento da procura, quer pela queda nos preços das matérias-primas.

A literatura revisada mostra um certo consenso sobre o terrível impacto da pandemia na economia e a urgência de medidas que devem ser tomadas para atenuar os efeitos na economia, nas famílias e nas empresas. Se estas não forem rápidas e eficazes, as consequências serão mais severas nos países mais vulneráveis, principalmente no continente africano, onde mais de um terço dos países depende das exportações de matérias-primas, com a interrupção na cadeia de abastecimentos e valores a afetar muitos países.

A literatura fica enriquecida com este trabalho académico que fala de um tema da atualidade que não foi ainda tratado pela comunidade académica dos PALOP, explicando os impactos da COVID-19 nas economias destes países e as medidas tomadas pelos diferentes governos para lhe responder. Esperamos poder contribuir para a compreensão da dimensão da crise sanitária nestas economias com forte debilidade aos choques externos, nomeadamente, o preço das matérias-primas, turismo, remessas, as ajudas ao desenvolvimento e os investimentos diretos estrangeiros. Por outro lado, contribuirá para a compreensão de como as economias com uma forte dominância da economia informal podem resistir a uma crise sanitária com esta dimensão mundial, que expôs a fraqueza dos países em termos das suas estruturas económicas.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

1.2- **Medidas políticas tomadas pelas organizações internacionais para África, para responder aos impactos da COVID-19 na Economia, nas famílias e nas empresas.**

De acordo com a UNECA (2020), em África, poucos países têm capacidade para implementar pacotes de estímulo para atenuar os efeitos sobre a economia no seu todo. Grandes medidas tomadas incluem a redução das taxas de juros e a assistência à liquidez, às famílias e às empresas. Os países com maior capacidade fiscal reforçaram as despesas relacionadas com a proteção social para proteger as famílias mais carenciadas durante o encerramento de atividades económicas.

O Banco Mundial disponibilizou 160 biliões para apoiar os países até ao final do ano 2021, por forma a aumentarem a capacidade de resposta das economias beneficiárias do apoio para atenuar os efeitos da COVID-19 sobre as pequenas empresas e as famílias mais vulneráveis.

O Fundo Monetário Internacional aprovou 2,7 biliões de USD para resposta de emergência no continente africano durante a crise sanitária.

O Banco Africano de Desenvolvimento disponibilizou um pacote de resposta à COVID-19 de 10 biliões de USD, dos quais 5,5 biliões de USD foram alocados para operações soberanas nos países de BAD e 3,1 biliões de USD no âmbito das operações do Fundo Africano de Desenvolvimento, e ainda lançou excecionalmente 3 biliões de USD em um título, com vencimento a três anos, para ajudar a aliviar os impactos económicos e sociais da pandemia da COVID-19.

A União Europeia anunciou um mecanismo de apoio, de combate à pandemia de COVID-19, no valor de 3,25 biliões de euros para os países africanos

O Banco Africano de Exportações e Importações (Afrximbank) anunciou um mecanismo de mitigação do impacto de COVID-19, no valor de 3 biliões de USD, para aumentar a capacidade dos países africanos de forma a poderem lidar com o impacto da pandemia na saúde e na economia do continente africano e ainda reservou 200 milhões de USD para financiar a produção local dos equipamentos e suplementos de médicos.

De acordo com o FMI (2021a), o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) criou um mecanismo de apoio às PMEs dos oito países-membros (Guiné-Bissau, Senegal, Costa do Marfim, Burkina Faso, Togo, Níger, Benim e Mali) no valor de 100 biliões de francos CFA, para servir almofada de refinanciamento de créditos bancários, estendendo os prazos de vencimento para 5 e 7 anos.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), decidiu aumentar a alocação semanal dos bancos centrais dos países-membros de 680 milhões de USD para 9 biliões, de modo a garantir o financiamento contínuo das empresas nestes países, e ainda aceitou a inclusão na lista do seu portefólio de 1700 empresas privadas que não eram aceites.

O BCEAO alocou 50 milhões de USD para fundo de subsídio do BOAD para permitir que ele conceda um subsídio de taxa de juros e aumente o montante de empréstimos que concederá aos governos para financiar as despesas de investimentos e a aquisição de equipamentos de luta contra a pandemia de COVID-19.

As medidas de apoio concedidas pelas organizações internacionais para África foram fundamentais na mitigação dos impactos da pandemia num continente que depende muito das exportações de matérias-primas.

Capítulo 2

2. Impacto da COVID-19 nos principais indicadores económicos dos PALOP, em comparação com o Senegal e a África Subsaariana.

2.1- Número de casos confirmados e de mortos por país.

Para conter a propagação do vírus na comunidade e atendendo a que não existia um tratamento para o novo coronavírus, os diferentes governos, em linha com aquilo que foi aconselhado pela Organização Mundial de Saúde, decidiram adotar confinamentos totais ou parciais, significando o encerramento de muitos setores de atividade económica, criando uma distorção na cadeia de valor, gerando fortes impactos económicos e sociais, principalmente em países menos desenvolvidos.

2.1-1. Evolução da COVID-19 nos PALOP e um olhar comparativo com o Senegal e a África Subsaariana.

Para melhor compreender os impactos da COVID-19 na economia dos PALOP e a eficácia das medidas tomadas pelos diferentes governos destes países, decidiu-se escolher para comparação a República do Senegal. Por um lado, foi um dos poucos países do mundo cuja economia não teve uma contração no PIB durante o ano 2020. Por outro lado, é uma economia que apresenta algumas características semelhantes com os PALOP, entre as quais se destacam o facto de ser

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

um país de rendimento médio, dependente do Turismo, Agricultura, remessas de emigrante, investimento direto estrangeiro, com uma economia informal muito significativa, um país exemplar em termos da democracia e localizado na mesma zona económica com a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Em segundo lugar, escolheu-se a África Subsaariana, a região económica onde estão inseridos os PALOP. Por este motivo, fará todo o sentido a comparação dos impactos da COVID-19 com a região, permitindo concluir se os PALOP foram mais afetados de que a região económica.

O continente africano reportou o primeiro caso positivo da infeção do novo coronavírus em 14 de fevereiro de 2020 no Egito. Em consequência, os diferentes países começaram a tomar as devidas precauções, desde logo a medição da temperatura corporal nos aeroportos e nas fronteiras terrestres.

Quadro 2.1: Números de casos confirmados e de mortos em África e no Mundo

	01-01-2020 a 04-01-2021		05-01-2021 a 06-09-2021	
	Nº de Casos Confirmados	Nº de Mortes	Nº de Casos Confirmados	Nº de Mortes
África	2 135 878,00	47 905,00	5 791 451,00	139 344,00
As Américas	39 000 073,00	978 177,00	85 969 448,00	2 136 263,00
Europa	29 836 419,00	636 109,00	66 859 158,00	1 292 828,00
Sudeste da Ásia	12 269 796,00	188 945,00	41 995 607,00	659 613,00
Mediterrâneo Oriental	5 153 310,00	125 025,00	15 118 261,00	275 901,00
Pacífico Ocidental	1 184 630,00	21 120,00	7 287 849,00	98 920,00
Mundo	89 580 106,00	1 997 281,00	223 021 774,00	4 602 869,00

Fonte: Organização Mundial de Saúde, 06 de setembro de 2021.

No dia 20 de março de 2020, confirmou-se o primeiro caso positivo por infeção com o novo coronavírus em Cabo Verde, sendo o primeiro caso confirmado nos PALOP, seguido de Angola no dia 21, Moçambique no dia 22, Guiné-Bissau no dia 25 e São Tomé e Príncipe no dia 6 de abril de 2020.

Com o aparecimento dos primeiros casos da infeção por COVID-19, gerou-se a preocupação relativamente à sobrelotação da capacidade das instalações hospitalares, que já apresentavam enormes dificuldades em termos das infraestruturas sanitárias, escassez de medicamentos, falta de equipamentos hospitalares e falta de recursos humanos especializados para lidar com casos graves da doença. Todas estas debilidades fizeram com que os governos

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

decretassem estado de emergência sanitária logo depois do registo dos primeiros casos confirmados com a infeção por COVID-19.

Quadro 2.2: Números de casos confirmados e de mortes com infeção por COVID-19 por milhão de habitantes

	01-01-2020 a 04-01-2021				
	Nº de Casos Confirmados	População	Nº casos por milhão	Nº de Mortes	Nº de Morte por milhão
Angola	18 156,00	33 930 000,00	535,10	416,00	12,26
Cabo-Verde	12 237,00	561 900,00	21 777,90	114,00	202,88
Guiné-Bissau	2 447,00	2 020 000,00	1 211,39	45,00	22,28
Moçambique	21 361,00	33 160 000,00	644,18	187,00	5,64
São Tomé e Príncipe	1 054,00	223 360,00	4 718,84	17,00	76,11
PALOP	55 255,00	69 895 260,00	790,54	779,00	11,15
Senegal	21 000,00	17 200 000,00	1 220,93	459,00	26,69
África	2 135 878,00	1 370 000 000,00	1 559,04	47 905,00	34,97

Fonte: Organização Mundial de Saúde, setembro de 2021 e Our World in Data, University of Oxford

De acordo com os dados apresentados no quadro 2.2, verifica-se que Cabo Verde é o país mais afetado com a doença, tanto nos números de casos confirmados, como nas mortes com a doença, registando 21.777,90 de casos confirmados/milhão de habitantes e 202,88 mortos/milhão de habitantes, seguido de São Tomé e Príncipe com 4.718,84 casos confirmados/milhão de habitantes e 76,11 mortos/milhão habitantes.

Em comparação com os dados dos PALOP e do Senegal, exceto de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe apresentam piores rácios em termos de números de casos confirmados por milhão de habitantes e os números de mortos por milhão de habitantes, em relação os números de casos confirmados por milhão de habitantes e os números de mortos por milhão de habitantes registados no Senegal e média do continente do Africano.

Por sua vez, a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau estiveram melhor em relação ao Senegal e à média do continente africano, tanto nos números de casos confirmados por milhão de habitantes, como no número de mortos por milhão de habitantes (como se pode constatar no quadro acima).

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

2.2- Impacto da COVID-19 sobre o PIB real dos PALOP

De acordo com o Banco de Portugal (2019a), os PALOP são constituídos por pequenas economias abertas com um grau significativo de dependência face ao exterior, em vários domínios, que os tornam particularmente vulneráveis aos choques externos ou à evolução do enquadramento internacional, através de indicadores entre os quais se destacam: investimentos diretos estrangeiros, ajuda externa (com exceção de Angola), remessas dos emigrantes (sobretudo Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), receitas provenientes do turismo (essencialmente Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe), receitas proveniente do petróleo, do gás natural, da castanha de caju e do cacau (essencialmente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe).

Por outro lado, as suas estruturas económicas apresentam baixos níveis de industrialização, poucos bens de capital, são fortemente dominadas pelo setor informal da economia e a maioria da população pratica agricultura de subsistência de baixo rendimento.

As medidas de confinamento tomadas pela maior parte dos governos em todo o mundo significaram o fecho de muitos setores de atividade económica, nomeadamente comércio, transportes e turismo. Por outro lado, mesmo os setores abertos não funcionam em capacidade plena, atendendo às restrições impostas para conter a propagação do novo coronavírus, deixando milhares de trabalhadores em casa e encerrando milhares de empresas.

Conforme as estimativas do FMI de abril de 2021, a África Subsaariana registou uma contração na economia de -1,9%, melhor do que se esperava para esta região económica, mesmo assim, levou ao aumento dos níveis de pobreza. Contudo, espera-se um crescimento de 3,4% do PIB da região em 2021, muito abaixo do que se verifica no resto do mundo, de 6,0% do PIB, face às dificuldades dos países da região acederem às vacinas contra o novo coronavírus, às limitações orçamentais para darem respostas políticas robustas de apoio à economia face à crise e de apoio a programas de recuperação económica.

De acordo com a União Africana (2020), os efeitos exógenos da pandemia de COVID-19 provêm das ligações comerciais diretas entre os continentes parceiros afetando, por exemplo a Ásia, Europa e Américas,

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Causando fortes choques no setor turístico, diminuição das remessas de emigrantes, no investimentos diretos estrangeiros e apoios ao desenvolvimento (donativos a projetos, ajuda a balança de pagamento e apoio orçamental).

Segundo a União Africana (2020), os efeitos endógenos ocorrem como sendo resultado da rápida disseminação do vírus na comunidade, derivam dos números de morbilidade e mortalidade e, por outro lado, criam interrupção na atividade económica, tendo como consequência a redução na procura interna e a redução nas receitas tributárias, devido à queda de preços de petróleo e “*commodities*” e ainda juntando os aumentos nas despesas públicas para salvar as vidas humanas.

A pandemia abriu um buraco enorme na economia dos PALOP, impondo desafios para estas economias que já apresentavam dificuldades antes do surgimento da crise sanitária, em particular Angola, com quatro anos consecutivos de contração na economia. A pandemia foi a gota de água, com a atividade económica quase encerrada na sua totalidade, limitada somente para a atividade essencial.

De acordo com o FMI (2021b), a economia angolana registou uma contração de -4% do PIB em 2020, em consequência do impacto da COVID-19 que atingiu o mundo em finais de 2019. A queda pode ser explicada pelo fraco desempenho do setor petrolífero e gás, que contribuiu em -2,29% e a deterioração da atividade não petrolífera em -4,60%, com ênfase em serviços mercantis de -1,25%, justificada pela queda nos serviços de transportes, e de armazenagens e na construção de -1,04, justificada pela diminuição na produção dos principais materiais de construção, em particular na produção de cimentos em -14,87% (Banco Nacional de Angola, 2020).

Segundo o Banco Nacional de Angola-BNA (2020), o PIB do segundo trimestre de 2020 apresentou uma taxa de crescimento homóloga de -8,8%, segunda maior contração desde o início da compilação das séries trimestrais, sendo superada apenas no quarto trimestre de 2015, com -11,9%.

Em primeiro lugar, a referida queda é explicada pela deterioração da atividade petrolífera, tendo diminuído a produção bruta de petróleo em -10,8% e de gás natural liquefeito em -8,6%. Em segundo lugar, a atividade não petrolífera, nomeadamente o setor de transporte e armazenagem (-78,8%), o setor da construção (-41,0%) e setor piscatório (-27,8%).

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

O FMI projeta uma recuperação do crescimento económico para a economia angolana no ano 2021 e 2022, em 0,37% e 2,38%, respetivamente, depois de cinco anos de recessão consecutivos.

De acordo com FMI (2021b), relativas as projeções de abril, a economia cabo-verdiana contraiu -14,03% do PIB durante o ano 2020, em resultado da sua dependência do setor do turismo, remessas de emigrantes, ajuda ao desenvolvimento e investimento direto estrangeiro, setores fortemente impactados pelos efeitos da pandemia de COVID-19 que atingiu o mundo. Por outro lado, projeta-se uma recuperação robusta em 2021 e 2022, em 5,76% e 5,96%, respetivamente, atendendo a que os países estão no processo de vacinação para permitir o levantamento de algumas restrições à circulação e dar confiança às famílias e às empresas para investir em novos projetos.

A economia da Guiné-Bissau, de acordo com o FMI (2021b), registou uma contração de -2,4% do PIB, atendendo à sua dependência do setor primário, particularmente das exportações da castanha de caju, ajuda a desenvolvimento, remessas de emigrantes, que foram impactados pelas restrições às viagens e encerramento das empresas nos países importadores da castanha de caju (Índia, Vietnam e China).

Segundo o Ministério das Finanças da Guiné-Bissau (2020), verifica-se uma contração da procura global da castanha de caju com o fecho das fábricas, sobretudo nos principais países recetores das exportações (Índia e Vietnam). Esta situação, conjugada com as limitações de circulação, exerceu pressão sobre o preço internacional do caju, levando o mesmo a situar-se entre 700 a 800 USD por tonelada, contra 950 a 1415 USD no ano anterior.

De acordo com o FMI (2020b), projeta-se uma recuperação da economia em 2021 e 2022, em 3% e 4%, respetivamente, face aos resultados animadores com a campanha de vacinação que se encontra a decorrer em todo mundo, apesar de ser lenta nos países pobres, como é o caso da Guiné-Bissau.

Também segundo dados do FMI (2021b), a economia moçambicana, apesar de todas as dificuldades vividas nos últimos anos, em face da recuperação dos acontecimentos do ciclone que abalou o país, registou uma contração de -0,5% do PIB, atendendo a que os mercados de matérias-primas tiveram uma queda nos preços, assim como os serviços ligados a setor do turismo sofreram um forte impacto, por outro lado, as ajudas ao desenvolvimento concedido

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

pela comunidade internacional a projetos de desenvolvimento a Moçambique sofreu impacto, assim como as remessas de emigrantes atendendo muitos deles perderam o emprego nos países de acolhimento. Por outro lado, o FMI projeta uma recuperação para a economia moçambicana durante 2021 e 2022, em 2,1% e 4,7%, respetivamente.

Ainda conforme o FMI (2021b), a economia de São Tomé e Príncipe registou uma contração de -6,5% do PIB, face à sua dependência do setor turístico, remessas de emigrantes, ajuda ao desenvolvimento e da exportação do cacau, setores fortemente impactados pela pandemia de COVID-19. Por outro lado, o FMI projeta uma recuperação da economia de São Tomé e Príncipe durante 2021 e 2022, em 3% e 5%, respetivamente.

Segundo a União africana (2020), o setor do turismo representa cerca de 10% do PIB em 15 países do continente africano e, para 20 dos 55 Estados, o turismo participa na criação da riqueza nacional em torno de 8% do PIB e contribui ainda mais nos países como Seychelles, Cabo Verde e Maurícia, em cerca de 25% do PIB.

Em primeiro lugar, os países em que a economia é dominada pelo petróleo serão afetadas com pandemia de COVID-19 com uma contração no crescimento económico em torno de -3% do PIB em 2020, situação confirmada na economia angolana, segundo as projeções de abril de 2021 do FMI.

De acordo com as Nações Unidas- PNUD Guiné-Bissau (2020), a pandemia de COVID-19 atingiu a Guiné-Bissau no momento em que se preparava para iniciar a campanha de comercialização da castanha de caju, principal produto da exportação do país, que representa 90% das exportações totais, 13% das receitas fiscais, envolve cerca de 80% de força de trabalho no país, na forma de agricultura familiar e trabalho sazonal, sendo que o setor primário representa 34% do PIB e é a principal fonte de rendimento das populações. Por outro lado, a pandemia surgiu a escassos meses do início da época chuvosa na Guiné-Bissau, outro acontecimento tão importante para as populações que dela dependem na sua subsistência do dia a dia.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Quadro 2.3: A evolução do PIB real durante 2018-2020 e as projeções de 2021-2022

Variações % do PIB real dos PALOP					
	2018	2019	2020	2021	2022
Angola	-2	-0,6	-4	0,4	2,4
Cabo-Verde	4,5	5,7	-14	5,8	6
Guiné-Bissau	3,4	4,5	-2,4	3	4
Moçambique	3,4	2,3	-0,5	2,1	4,7
São Tomé e Príncipe	3	1,3	-6,5	3	5
Senegal	4,2	4,4	0,8	5,2	6
África Subsaariana	3,2	3,2	-1,9	3,4	4

Fonte: As Perspetivas Regionais do FMI sobre África Subsaariana, abril de 2021

Com as medidas de restrições tomadas, o encerramento da atividade económica e os efeitos assimétricos da pandemia, os países com elevado grau de sensibilidade terão mais contração no PIB durante a crise. No conjunto dos PALOP, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe apresentam maior dependência do setor do turismo e ajuda ao desenvolvimento, e ainda do investimento direto estrangeiro e das remessas de emigrantes. No que diz respeito aos emigrantes, estes, numa situação de crise, são os primeiros a perder empregos nos países de acolhimento, porque muitos deles operam nos setores mais precários da economia.

Apesar de Angola e Guiné-Bissau dependerem muito das exportações de matérias-primas, a contração do PIB não foi tão expressiva como a que se verificou em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, demonstrando a importância do turismo na economia dos dois países. Enquanto Moçambique depende menos das exportações, e, portanto, a sua economia contraiu menos em relação a outros países de PALOP (ver Quadro 2.3).

No que tange à comparação dos efeitos da pandemia no PIB dos PALOP, em relação ao Senegal e à África Subsaariana, note-se que a contração do PIB foi mais elevada nos PALOP, salvo Moçambique, comparado com a média regional. O Senegal registou um crescimento de 0,8% em relação 2019, enquanto que os PALOP registaram uma contração no PIB durante o ano 2020 (Cabo Verde registou uma contração de -14,0%; São Tomé e Príncipe -6,5%; Angola -4,0%; Guiné-Bissau 2,4%; e Moçambique -0,5%). Já em relação a média regional, Moçambique esteve melhor comparativamente à África Subsaariana, que registou uma contração de -1,9% em relação 2019 e os restantes países (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Guiné-Bissau) registaram uma contração acima da média regional (ver Quadro 2.3).

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

2.3- Impacto da COVID-19 sobre os Saldos Orçamentais dos PALOP

De acordo com o FMI(2021c), de abril , os apoios dados pelos diferentes países do mundo, nomeadamente no reforço aos sistemas nacionais de saúde para responder a necessidades de internamento, apoios às empresas que viram as suas atividades encerradas ou limitadas na capacidade de funcionamento e às famílias que perderam os postos de trabalho ou que se viram impedidas de praticar as suas atividades do dia a dia para sua subsistência, geraram défices orçamentais de 11,7% em 2020 nas economias desenvolvidas, 9,8% em economias emergentes e 5,4% em economias subdesenvolvidas. A capacidade dos países em suportar as despesas divergiram, dado que alguns já se encontravam numa situação fiscal complicada.

De acordo com FMI (2021b), Angola registou um saldo global de -1,7% do PIB em 2020, apesar da queda das receitas de 18,2% do PIB, face ao registado em 2019, de 20,0% do PIB, e um aumento das despesas para 19,9% do PIB em 2020, comparado com 19,2% do PIB em 2019. Por outro lado, espera-se que em 2021 e 2022 registre um excedente de 1,2% do PIB e 1,8% do PIB, respetivamente. No diz respeito ao saldo primário, Angola registou um excedente de 4,7% do PIB em 2020 e ainda se espera uma continuação durante 2021 e 2022, de 7,5% do PIB e 7,2% do PIB, respetivamente.

Segundo o Ministério das Finanças-DNP de Cabo Verde (2020), o saldo global registou um défice de -8,9 do PIB em 2020 e o saldo primário registou um défice de -8,6% do PIB, os dois refletindo a diminuição nas receitas totais em relação a 2019 e um aumento das despesas para atender à crise sanitária.

De acordo com o FMI (2021b), o saldo global de Cabo Verde registou um défice de -8,9% do PIB durante 2020, contra -1,8% do PIB em 2019, mostrando, assim, os graves efeitos da pandemia de COVID-19. Para 2021 e 2022 prevê-se uma melhoria no saldo global de -7,9% e -3,6%, respetivamente, esperando que o turismo retome aos níveis razoáveis para melhorar arrecadação das receitas, assim a entrada de ajuda a desenvolvimento dos países e parceiros de desenvolvimento de Cabo-Verde, por outro lado, espera-se uma melhoria substancial na necessidade da expansão das despesas pública.

De acordo com FMI (2021b), o saldo global na Guiné-Bissau registou uma deterioração para -9% do PIB, devido aos efeitos da pandemia de COVID-19, com forte queda nas receitas e aumento das despesas para atender às necessidades de investimento no sistema nacional de

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

saúde e apoios às famílias em situação de dificuldade, contra -3,9% do PIB em 2019, apesar de coincidir com a realizações das eleições legislativas, o saldo global não foi expressivo.

No período de 2021 e 2022, prevê-se a melhoria no saldo global da Guiné-Bissau em -5,1% e -3,6% do PIB, respetivamente, atendendo a que os principais compradores da castanha de caju já estão muito avançados no processo de vacinação.

De acordo com FMI (2021b), projeções de abril, a república de Moçambique registou uma deterioração do saldo orçamental de -5,4% do PIB em relação a -0,1% do PIB registado em 2019, situação que pode ser explicada pela diminuição das receitas para 25,4% do PIB abaixo do verificado em 2019, de 29,9% do PIB. Por outro lado, aumento ligeiro das despesas de 30,9% do PIB, um pouco acima do verificado em 2019, de 30% do PIB.

De acordo com o FMI (2021c), de abril, a república de Moçambique registou um défice de -2,3% do PIB em 2020, deteriorando em relação 2019, onde registou um excedente de 3,1% do PIB. De acordo com o Monitor Fiscal do FMI de abril de 2021, espera-se uma melhoria no saldo orçamental para 2021 e 2022, para -4,1% e -1,9% do PIB, respetivamente, que se deverão à recuperação das receitas de 26,9% e 28% do PIB, respetivamente. Apesar das despesas sofrerem um ligeiro aumento em 2021, de 31% do PIB, e em 2022 prosseguirem com a diminuição de 29,9%. Por outro lado, espera-se também a melhoria no saldo primário em 2021 e 2022, em -1,2% e 1% do PIB, respetivamente, depois da deterioração verificada em 2020.

De acordo com o FMI (2021b), São Tomé e Príncipe registou um saldo global excedentário de 1,5% do PIB em 2020, contra um saldo deficitário de -1,8% do PIB em 2019. Para 2021 e 2022, prevê-se um saldo deficitário de -3,9% e -1,2% do PIB, respetivamente.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Quadro 2.4: A Evolução do Saldo Global dos PALOP em relação ao PIB as projeções de 2021-2022.

O Saldo Global em Relação o PIB dos PALOP					
	2018	2019	2020	2021	2022
Angola	2,2	0,7	-1,2	1,2	1,8
Cabo-Verde	-2,7	-1,8	-8,9	-7,9	-3,6
Guiné-Bissau	-4,9	-3,9	-9	-5,1	-3,6
Moçambique	-6,8	-0,1	-5,4	-4,1	-1,9
São Tomé e Príncipe	-1,9	-1,8	1,5	-3,9	-1,2
Senegal	-3,7	-3,9	-6,4	-4,9	-3,9
África Subsaariana	-3,5	-4,1	-6,9	-5,6	-4,7

Fonte: FMI Perspetivas Regionais Sobre África Subsaariana, abril 2021.

De acordo com os dados apresentados no quadro 2.4, a crise sanitária da COVID-19 impactou mais o défice orçamental da Guiné-Bissau e Cabo Verde, seguidos de Moçambique. O primeiro tem uma estrutura económica dominada pelo setor informal, com uma forte dependência das receitas provenientes da comercialização e exportação da castanha de caju e ajuda ao desenvolvimento. O primeiro caso confirmado surgiu precisamente na preparação para a abertura oficial da campanha. Foi imediatamente decretado o estado de emergência, impondo restrições às deslocações, de modo que não permitiu o normal funcionamento da campanha de comercialização e exportações da castanha de caju. Com dificuldades expostas pela COVID-19, os países não tiveram o espaço fiscal necessário para conceder apoios ao desenvolvimento, que anteriormente concediam aos países do terceiro mundo.

No que diz respeito a Cabo Verde, o défice reflete as consequências da COVID-19 no setor do turismo, que contribuiu fortemente na arrecadação das receitas fiscais e no emprego, queda nas remessas de emigrantes, redução de poder compra dos familiares beneficiários das transferências e, por último, ajuda ao desenvolvimento.

A república de Moçambique registou uma queda do PIB relativamente pequena (ver Quadro 2.3), acabando por ter um aumento elevado do défice orçamental (ver Quadro 2.4), demonstrando que a política orçamental foi bastante expansionista, enquanto São Tomé e Príncipe teve uma melhoria substancial nas contas públicas (ver Quadro 2.4), o que demonstra que as medidas orçamentais de apoio à economia foram insuficientes relativamente poucas.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Em termos das despesas, no conjunto dos PALOP, a Guiné-Bissau teve maior aumento da despesa pública, de 6,8% do PIB em relação a 2019, de seguida Cabo Verde com 3,5% e São Tomé e Príncipe com 2,4%. Enquanto o Senegal teve um aumento na despesa pública de 3,2% do PIB em relação 2019, sendo ultrapassado pela Guiné-Bissau e Cabo Verde no conjunto dos PALOP, em termos da política orçamental para responder à crise pandémica da COVID-19 (ver Quadro 2.5).

Quadro 2.5: Evolução das Despesas Totais em relação ao PIB de 2018-2020 e as projeções de 2021-2022.

As Despesas Totais em Relação o PIB dos PALOP					
	2018	2019	2020	2021	2022
Angola	19,7	19,2	19,9	19,5	18,6
Cabo-Verde	30,9	31,2	34,7	37,6	34,5
Guiné-Bissau	20,1	19,3	26,1	23,4	21,5
Moçambique	32,6	30	30,8	31	29,9
São Tomé e Príncipe	26	24,3	26,7	25,4	25,6
Senegal	22,6	24,3	27,5	25,4	24,8
África Subsaariana	21,3	21,5	22,8	21,7	20,8

Fonte: Perspetivas Económicas Regionais do FMI para África Subsaariana, abril 2021

Por força das circunstâncias, alguns países constituintes dos PALOP são obrigados a aumentar as despesas para atender às necessidades imediatas, mesmo tendo os rácios de dívida pública muito elevado, como é o caso de Cabo Verde, que tinha um rácio de 125% do PIB em 2019. Já a Guiné-Bissau, apesar de ter o rácio da dívida sobre o PIB relativamente melhor em 2019, em comparação com restantes PALOP, de 66,9%, mesmo assim, esteve muito próximo da meta fixada pela convergência da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), de 70% do rácio da dívida pública em relação ao PIB, teve margem para expandir o défice orçamental para resposta à crise sanitária.

2.4- Impacto da COVID-19 sobre a Dívida Pública dos PALOP

De acordo com Reinhart e Rogoff (2010) chamam a atenção sobre o aumento do rácio da dívida pública determinando como rácio superior a 90% do produto interno bruto, provoca uma

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

redução na taxa mediana de crescimento em 1%, e enquanto a taxa de crescimento média sofre uma redução de 4%.

De acordo com Brito J. (2015), a dinâmica do rácio da dívida pública em relação ao PIB é analisada através dos impactos do juro e de crescimento do produto em relação à dívida, mais a contribuição do rácio do saldo orçamental primário pelo PIB.

De acordo com Roubini (2020), a resposta de política à crise da COVID-19 implica um aumento maciço dos déficits fiscais, que pode atingir a ordem de 10% do PIB ou mais e, conseqüentemente, levar ao aumento dos rácios da dívida pública em relação ao PIB, num momento em que os níveis de dívida pública em muitos países são elevados.

De acordo com a União Africana (2020), a África pode perder até 20 a 30% de sua receita fiscal, estimada em 500 biliões, em 2019. Os governos não terão outra opção senão confiar nos mercados financeiros internacionais podendo aumentar os níveis de dívida para financiar despesas ligadas com a saúde pública.

Relativamente aos PALOP, em 2020 o FMI readaptou as previsões sobre a evolução da dívida pública angolana, estimada agora um rácio de 123% face ao PIB, agravada de forma inesperada pelo fenómeno pandémico de COVID-19, que eleva de forma surpreendente os valores da dívida pública angolana, causando problemas económicos, financeiros e sociais.

A Guiné-Bissau, sendo um país fortemente dependente da ajuda externa ao desenvolvimento para equilibrar o seu orçamento geral do Estado, na insuficiência destes apoios, ou mesmo na sua falta dele, cria uma situação de grande fragilidade orçamental, provocando, assim, um aumento do nível de endividamento para fazer face às despesas relacionadas com a pandemia da COVID-19.

De acordo com Banco de Portugal (2020a), o governo de São Tomé e Príncipe celebrou com o FMI um programa de facilidade de crédito alargado, em 2019, e com avolumar de défice orçamental, devido às despesas ligadas à crise sanitária, assegurou um desembolso no valor de 12.3 milhões de dólares.

Para além de São Tomé e Príncipe, o FMI desembolsou 309 milhões de dólares relacionados com o programa de assistência a Moçambique e 14.9 milhões de dólares concernentes ao alívio do serviço da dívida, mesmo assim, a dívida externa situou-se em 66.8 % em relação PIB.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Ainda de acordo com Banco de Portugal (2020a), para cobrir a necessidade de financiar o défice orçamental, o governo cabo-verdiano procurou, junto do Banco Mundial, FMI e Banco Africano de Desenvolvimento, empréstimos para financiar as despesas ligadas com a crise sanitária, e acordos bilaterais para moratórias de serviço da dívida, que em relação à parte externa deverá ascender os 107% do PIB em dezembro de 2020. Atendendo que a parte interna teve uma tendência crescente nos últimos anos, a dívida pública total deverá atingir 150% do PIB.

De acordo com a União Africana (2020), a pandemia de COVID-19 apanhou os países do continente africano com a dívida pública em média 60% do PIB níveis considerados pelo FMI e o Programa de Cooperação Monetária Africana com níveis prudentes de dívida pública, exceto quatro países que já tinham a dívida acima dos 100% do PIB (Cabo Verde e Moçambique fazem parte destes países). No passado já se demonstrou que o elevado nível de endividamento acentua o nível de pobreza, porque os recursos que deviam ser alocados para áreas sociais são canalizados para pagamento de serviço da dívida.

De acordo com União Africana (2020), os títulos e obrigações de tesouro aumentaram consideravelmente no continente africano em 2019, no valor de 27,1 biliões de USD, em relação ao ano 2018. Por outro lado, a dívida externa contratada em África entre 2012 e 2017 somente 49% é concessionária, em comparação com 58% de 2002 a 2007. Acima de tudo, uma parcela crescente desta dívida pertence credores privados e países fora do Club de Paris. Entretanto, o FMI, através da análise da sustentabilidade da dívida, mostrou que quase 50% dos países da África Subsaariana estavam em risco, com dívida, no último trimestre de 2019.

De acordo com o Banco de Portugal nos seus relatórios sobre a evolução da economia dos PALOP e Timor-Leste (2019a), a dívida pública angolana situou-se em 87,8% do PIB em 2018, dos quais a dívida pública externa situou-se em 46,4% e 59,1% do PIB e os juros da dívida pública situaram-se em 4,5% do PIB em 2018.

De acordo com o FMI (2021b), a dívida pública angolana atingiu 127,1% do PIB durante o ano 2020, contra 107,1% do PIB em 2019 (ver o Quadro 2.6), o aumento do rácio da dívida em relação ao produto, é explicada em grande parte pelos efeitos da pandemia de COVID-19 na economia, causando enorme perda de receitas fiscais e um aumento expressivo nas despesas para minimizar os danos. Por outro lado, a economia angolana registou uma contração no PIB.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Segundo o FMI, espera-se que a dívida angolana registe uma diminuição em 2021 e 2022, de 110,7% e 99,8% do PIB, respetivamente, atendendo à normalização da crise sanitária com as campanhas de vacinação que estão a decorrer em todo o mundo, se tiverem o êxito esperado, e com a retoma nos preços do petróleo, principal produto exportado e fonte de receitas para a economia angolana e ainda haverá melhoria considerável na arrecadação das receitas internas.

De acordo com o Banco Nacional de Angola (2020), o governo angolano, através do tesouro, emitiu 563,62 mil milhões de kwanzas, que representa um aumento de cerca de 3000% comparativamente ao mesmo período em 2019, sendo que 80% das emissões são bilhetes do tesouro tendo maturidade de 91, 182 e 364 dias e as restantes 20% são as obrigações do tesouro correspondendo às maturidades de 1,5, 2, 3 e 4 anos. E o total acumulado dos doze meses atingiu 2,41 biliões de kwanzas, três vezes mais do que o emitido em 2019.

De acordo com dados do FMI (2021b), a dívida pública cabo-verdiana atingiu 139% do PIB em 2020 contra 125% do PIB no ano anterior (ver o Quadro 2.6), o aumento é explicada pela necessidade de contratar novos empréstimos, dado que a situação orçamental estava numa situação enfraquecida, com perdas significativas nas receitas e as necessidades adicionais das despesas para fazer face à crise sanitária, através de apoios sociais às famílias em situação de vulnerabilidade e às empresas em dificuldades para manter atividade económica animada. Por outro lado, atendendo à contração do PIB, teve grande reflexo no rácio da dívida pública.

Segundo o FMI, prevê-se uma diminuição no rácio da dívida pública cabo-verdiana em 2021 e 2022, 137,6% e 131,3% do PIB, respetivamente, de acordo com as projeções do Ministério das Finanças de Cabo-Verde haverá melhoria nas receitas internas aumentem para 27,5% do PIB em 2021 e as despesas diminuam para 37,6% do PIB em 2021, refletindo a eliminação de algumas medidas de apoio relacionadas com a COVID-19 (ver o Quadro 2.6).

De acordo o Ministério das Finanças de Cabo-Verde (2021), de março, antes da crise sanitária o governo projetou o rácio da dívida pública no valor de 118,7% do PIB para 2020 e já em 2023 atingir 100% do PIB. A pandemia de COVID-19 mudou todos os cenários traçados pelo governo, em consonância com o FMI, sobre a trajetória da dívida, o efeito da pandemia levou com que a dívida se situe em 151,1% do PIB, com trajetória decrescente para 2021 e 2022.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

De acordo com o FMI (2021b), a dívida pública da Guiné-Bissau atingiu 78,1% do PIB durante o ano 2020 contra 66,9% do PIB em 2019 (ver o Quadro 2.6), refletindo o impacto da COVID-19, com um défice orçamental maior do que o esperado, causado pela queda muito significativa nas receitas fiscais e pelo aumento considerável das despesas para atender às necessidades do sistema nacional de saúde, com hospitais num estado avançado de degradação e falta de equipamentos.

Segundo o FMI, espera-se uma manutenção do rácio da dívida pública da Guiné-Bissau durante 2021, em 78,1% do PIB, considerando os mesmos pressupostos de 2020, atendendo a alguns atrasos no processo de vacinação no continente africano e retoma de ajudas de desenvolvimento de que a Guiné-Bissau depende muito para realizações de investimentos públicos importantes. Por outro lado, espera-se para o ano 2022 uma diminuição do rácio da dívida em 76,4% do PIB.

De acordo com Ibraimo (2019), as opções políticas do governo moçambicano para financiar o programa de desenvolvimento conduziu o país para níveis do estoque da dívida pública numa situação de insustentabilidade entre 2014 a 2016, associando ainda à descoberta de dívidas contratadas de forma ilegal pelo governo moçambicano (em 2014 cerca de 850 milhões de USD para empresa moçambicana de Atum, em 2016 cerca de 622 milhões de USD para a “*Proíndicos*” e 535 milhões de USD para “*Mozambique Asset Management*”).

De acordo com o FMI (2021b), o rácio da dívida pública de Moçambique atingiu 122,2% do PIB em 2020, contra 103,4% do PIB em 2019 (ver o Quadro 2.6), refletindo o impacto da COVID-19 na economia, com diminuições consideráveis nas receitas fiscais e um aumento das despesas num país está a recuperar dos efeitos causados pelo *Ciclone Idai*, em 2019.

Segundo as previsões do FMI para 2021 e 2022, o rácio da dívida moçambicana deverá manter uma tendência crescente de 125,3% e 126,4% do PIB, respetivamente, considerando a situação da pandemia, que se intensificou durante último semestre de 2021, não permitindo ao país abrir todos setores da atividade económica de forma segura, a dificuldade de acesso às vacinas para imunizar metade da população, para criar imunidade de grupo, e a retoma tímida que se espera em tudo condiciona o desempenho da economia moçambicana, que depende das exportações, da ajuda ao desenvolvimento, de investimento direto estrangeiro, das remessas de emigrantes e do turismo, esperando-se uma retoma lenta destes agregados nos próximos anos.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Segundo o Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe (2019), a dívida bilateral representa 55,6% do estoque total da dívida pública e 78,1% da total da dívida externa contratada, tendo como principais credores Angola 41,1%, Portugal 25,9%, Nigéria 13,93% e Itália 11,28%.

De acordo com FMI (2021b), o rácio da dívida pública santomense atingiu 81,4% do PIB em 2020 contra 73,1% do PIB registado em 2019 (ver o Quadro 2.6), refletindo os efeitos da pandemia de COVID-19 que causou um enorme impacto nas receitas arrecadas e provocou um aumento substancial nas despesas públicas, para atender às necessidades de investir no sistema de saúde, de tamanha vulnerabilidade, apesar da economia não registar a contração no período.

Segundo o FMI, espera-se que o rácio da dívida de São Tomé e Príncipe registre uma diminuição de 72,4% e 67,6% do PIB, respetivamente, em 2021 e 2022, apesar das previsões do saldo global serem deficitárias no período em análise, sendo um país dependente da exportação do cacau, de ajuda ao desenvolvimento, remessas dos emigrantes e do turismo. Espera-se que, com a campanha de vacinação, a atividade económica possa voltar à normalidade nos países que têm uma relação muito forte com São Tomé e Príncipe.

Quadro 2.6: Evolução da Dívida Pública dos PALOP durante 2018-2020 e as Projeções de 2021-2021

A Dívida Pública em Relação o PIB dos PALOP					
	2018	2019	2020	2021	2022
Angola	89	107,1	127,1	110,7	99,8
Cabo-Verde	125,6	125	139	137,6	131,3
Guiné-Bissau	59,2	66,9	78,1	78,1	76,4
Moçambique	105,3	103,4	122,2	125,3	126,4
São Tomé e Príncipe	83,1	73,1	81,4	72,4	67,6
Senegal	63,5	64,8	65,8	66,8	66,8
África Subsaariana	48,3	51,5	57,8	56,2	56,2

Fonte: FMI Perspetivas Regionais sobre África Subsaariana, abril de 2021

A crise sanitária colocou os países numa situação crescente da dívida pública para suprir as perdas verificadas nas receitas fiscais e as necessidades de aumentar as despesas. A resposta funcionou como os estabilizadores automáticos para evitar a declaração de falência ou a deterioração das condições de vida das populações que enfrentam enormes dificuldades na luta pela sobrevivência.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Em termos da dívida pública, alguns países integrantes dos PALOP já vinham com os rácios elevados desde 2018 em relação ao PIB (Cabo Verde 125,6%, Moçambique 105,2% e São e Tomé e Príncipe 83,1%) estando no processo de redução do rácio em relação ao PIB, concretizada em 2019 (São Tomé e Príncipe 10%; Moçambique 1,8% e Cabo Verde 0,6%). Enquanto que Angola e Guiné-Bissau tinham um rácio da dívida pública relativamente baixo em 2018, em comparação com os três primeiros, de 89% e 59,2 do PIB, respetivamente. Em 2019, Angola registou um crescimento no rácio da dívida em torno de 18,1% do PIB e a Guiné-Bissau de 7,7% do PIB.

A COVID-19 veio aumentar mais a pressão sobre os rácios da dívida pública em relação ao PIB nos PALOP, sendo Angola o país mais afetado, com 20%; seguido de Moçambique, com 18,8%; Cabo-Verde, com 14%; Guiné-Bissau, com 11,2%; e São Tomé e Príncipe, com 8,3%. Em comparação com o Senegal e África Subsaariana, os rácios da dívida pública dos PALOP foram mais impactados com a crise sanitária de COVID-19, em 2020 (ver o Quadro 2.6).

Apesar do Senegal ter aplicado um programa de apoio à economia em torno de 7% do PIB, o saldo global de cerca de -6,4% do PIB, estando em melhor condição para aumentar o rácio da dívida, derivado da situação controlada sobre a dívida, mas registou um aumento 1% do PIB e África Subsaariana registou um aumento da dívida pública de 6,3% do PIB em relação ao rácio registado em 2019.

2.4-1. Assistência Financeira e Alívio do Serviço da Dívida do Fundo Monetário Internacional para Países de PALOP.

Com o surgimento da crise sanitária de COVID-19, muitos países solicitaram financiamento de emergência junto do FMI, para atender às necessidades de financiar os investimentos no sistema de saúde, apoio à economia e às famílias mais vulneráveis. O conselho executivo do FMI aprovou, no final de março de 2020, linhas de crédito e alívio de serviços da dívida financiado pelo programa “*Catastrophe Containment And Relief Trust (CCRT)*” estendido para 29 países-membros do FMI mais pobres e vulneráveis do mundo, de que fazem parte três países integrantes dos PALOP (Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e são beneficiários do Programa.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Em junho de 2020, o conselho executivo do FMI aprovou dois mecanismos de financiamento de emergência para 80 países-membros, através de Facilidade de Crédito Rápido (RCF) e Instrumento de Financiamento Rápido (RFI), para atender aos pedidos de assistência de financiamento de emergência. Também aprovou outro acordo de empréstimo chamado de assistência financeira e alívio do serviço da dívida, aumentando o número de países beneficiários para 85 países. No geral, o FMI já concedeu 250 mil milhões de USD, representando um quarto da capacidade de empréstimo de 1 bilião de USD.

Os PALOP beneficiaram de diferentes mecanismos de financiamento de emergência do FMI, desde logo, Angola viu aprovado, no dia 15 de setembro de 2020, 765,66 milhões de USD, através do mecanismo de extensão de facilidade de fundo (EFF) e ainda de acordo com estimativas do Banco de Portugal, Angola beneficia de um alívio da dívida através da iniciativa de suspensão de serviço da dívida em torno de 2645,6 milhões de USD (ver o quadro 2.7).

Cabo Verde beneficiou do mecanismo de facilidade de crédito rápido (RCF) do FMI, que foi aprovado no dia 22 de abril de 2020, no montante de 32 milhões de USD e 14,9 milhões de USD, através da iniciativa de suspensão de serviço da dívida (DSSI), segundo o Banco de Portugal, no relatório de evolução dos PALOP e Timor Leste (2020).

No dia 13 de abril de 2020 foi aprovada para a Guiné-Bissau a primeira tranche do mecanismo de confiança na contenção e alívio de catástrofes (CCRT), no valor de 1,48 milhões de USD. Ainda através do mesmo mecanismo, no dia 2 de outubro de 2020 foi aprovada a segunda tranche, no valor de 1,92 milhões de USD, e, por último, no dia 5 de abril foi aprovada a terceira tranche, correspondente ao mesmo mecanismo de financiamento de emergência de FMI para países mais pobres e vulneráveis. Por outro lado, a Guiné-Bissau beneficiou da aprovação do mecanismo de facilidade de crédito rápido (RCF) no dia 5 de abril de 2021, no valor de 20,47 milhões de USD.

A República de Moçambique beneficiou da aprovação da primeira tranche da assistência financeira do FMI no dia 13 de abril de 2020, através do mecanismo de contenção e alívio a catástrofes (CCRT) no valor de 14,9 milhões de USD; a segunda tranche no dia 2 de outubro do mesmo ano no valor de 13,35 milhões de USD; e a terceira tranche no dia 5 de abril de 2021 no valor de 13,41 milhões de USD. Por outro lado, Moçambique também beneficiou de facilidade de crédito rápido (RCF) no valor de 309 milhões de USD e 294,2 milhões de USD,

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

através da iniciativa de suspensão de serviço da dívida (DSSI), de acordo com o Banco de Portugal no relatório de evolução dos PALOP e Timor Leste (2020).

A República de São Tomé e Príncipe beneficiou da aprovação da primeira tranche do mecanismo de confiança contenção e alívio de catástrofes (CCRT), no dia 13 de abril de 2020 no valor de 0,15 milhões de USD; a segunda tranche no dia 2 de outubro de 2020 no valor de 0,24 milhões de USD; e a terceira tranche no 5 de abril de 2021 no valor de 0,24 milhões de USD. Por outro lado, São Tomé e Príncipe também beneficiou no dia 21 de abril de 2020 no valor de 12,29 milhões de USD através do mecanismo de facilidade de crédito rápido (RCF), 2,08 milhões de USD, através do mecanismo de extensão de linha de crédito (ECF) e 2,1 milhões de USD através da iniciativa de suspensão de serviço da dívida (DSSI), segundo o Banco de Portugal no relatório de evolução dos PALOP e Timor Leste (2020).

Quadro 2.7: Mecanismos de Financiamento de Emergência do Fundo Monetário Internacional para COVID-19

	Em Milhões de USD				
	Extensão de Linha de Crédito (ECF)	Extensão de Facilidade de Fundo (EFF)	Facilidade de Crédito Rápido (RCF)	Contenção e Alívio de Catástrofes (CCRT)	Iniciativa de Suspensão de Serviços de Dívida (DSSI)*
Angola		765,66			2645,6
Cabo-Verde			32		14,9
Guiné-Bissau			20,47	2,36	
Moçambique			309	41,66	294,2
São Tomé e Príncipe	2,08		12,29	0,63	2,1
* Estimativas de Banco de Portugal Relatório sobre Evolução das Economias dos PALOP e Timor Leste					

Fonte: Fundo Monetário Internacional e Banco de Portugal

2.5- Impactos Sociais da COVID-19 nos PALOP

De acordo com as Nações Unidas (UNCTAD, 2020), a pobreza extrema tem vindo a ser reduzida desde 1990, altura em que a taxa global de pobreza estava em 35,9%, passando para 10,0% em 2015, representando ganhos de esforços internos de cada país na melhoria de condições de vida das suas populações e por outro lado, um forte envolvimento da comunidade internacional na luta contra a pobreza. Em 2018, a taxa global de pobreza situou-se em 8,6%, e 8,2% em 2019, mostrando a tendência decrescente da pobreza. Com o surgimento da pandemia

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

de COVID-19, prevê-se um aumento para 8,8% da taxa global de pobreza extrema durante o ano 2020.

De acordo com as estimativas das Nações Unidas (UNCTAD, 2020), a crise sanitária de COVID-19 colocou cerca de 130 milhões de pessoas na pobreza extrema em 2020 e adicional de 143 e 163 milhões de pessoas para 2021 (milhões de perdas de empregos e milhões de meio de subsistência estão em risco devido a pandemia, respetivamente), em consequência de contração da economia mundial em 4,3% do PIB (calculada 1,90 USD por dia, na base de Paridade de Poder de Compra-PPC, 2011).

A África representa cerca de 14% da população mundial e deverá ser responsável de 53% do aumento da taxa global da pobreza extrema em 2020, atendendo que tem fraco sistema de segurança social para conceder a proteção social que muito vão precisar na crise, em alguns países não existe, por outro lado, a forma como está organizada instituto de emprego nesta economias torna difícil de criar medidas para reduzir os impactos sobre pessoas mais vulneráveis (isto é, não existe subsídio de desemprego na maioria dos países), de acordo com Kovacevic & Jahic (2020), estima se que cerca de 78,9% dos trabalhadores na africa subsaariana e 84,5% dos trabalhadores nos países menos desenvolvidos não tenham recebido qualquer proteção social.

De acordo com União Africana (2020), cerca de 86% de total de emprego em África operam no setor informal da economia e ate 91% nos países de África ocidental (incluindo Cabo-verde e Guiné-Bissau), tem más condições de saúde e de segurança no trabalho, sem cobertura dos sistemas segurança social, as medidas de confinamento limita o exercício atividade neste setor impedindo milhares de trabalhadores de trabalhar para conseguir meio de sobrevivência do dia a dia, dadas as más condições de trabalho e vida, os trabalhadores informais provavelmente não tomarão devidas precauções decretadas pelas autoridades sanitárias para prevenção da pandemia de COVID-19, por outro lado, eles não estão contabilizados para beneficiar de medidas de segurança social, porque não são inscritos.

De acordo com Banco Mundial (2021), a taxa nacional de pobreza em relação a população total, em São Tomé e Príncipe é 66,7% em 2017; em Moçambique a taxa nacional de pobreza em torno de 46,1% em relação a população total em 2014; na Guiné-Bissau a taxa nacional de pobreza é de 57,8%% da população; em Cabo-Verde a taxa nacional de pobreza em torno de

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

35% em relação a população total em 2015 e a Angola a taxa nacional de pobreza 32,3% em relação a população total em 2018.

Angola passa por sérios problemas económicos e sociais já numa situação de debilidade antes do surgimento da pandemia, incluindo sistema sanitário precário, fome, pobreza e uma taxa de desemprego muito elevada necessitando de criar medidas adaptável à realidade do país, sem perder de vista contenção do vírus, por outro lado, com desafios económicos importantes tais como: alta taxa de inflação e uma depreciação cada vez maior do Kwanza moeda nacional.

De acordo com INEM (IOF,2020), a taxa de emprego subiu em 2019 de 67,2% para 74,8%, tendo também o desemprego reduziu de 20,7% para 17,5% no período, percentagem de agregados familiares que usam água de fontes seguras para beber aumentou saindo de 50,3% para 55,7%, acesso cuidado de saúde melhorou passando de 53% para 59,8%, apesar de enorme deficiência de sistema nacional de saúde para atender as solicitações das populações longínquas.

De acordo com INECV (2020), Cabo-Verde registou uma taxa de desemprego de 14,50% em 2020 contra 11,30% de 2019 expressando um aumento de 3,2%, o maior aumento registou se na população jovem entre 25-24 anos situada em 32,5%.

De acordo com INEGB, no seu inquérito regional integrado sobre emprego e setor informal (2018), na Guiné-Bissau em cada dez (10) empregos 88,9% é fornecido pelo setor da economia informal independentemente do setor da atividade, às vezes atinge os 100% nos agregados familiares. Uma proporção de 99,3% de trabalhadores que operam no setor privado e 12% da administração pública trabalhadores sem contrato formal com entidade empregadora, mas prestam serviços normalmente e tomam decisões importantes.

Ainda segundo o inquérito, as pessoas em situação de vulnerabilidade de emprego são aqueles trabalhadores por conta própria ou familiares representando cerca de 41,9% do emprego total no país durante 2017 e 2018, sendo as mulheres, jovens e pessoas sem instruções são mais vulneráveis em termo do emprego.

De acordo com Organização Internacional de Trabalho (OIT,2020), cerca de 1,6 mil milhões de trabalhadores da economia informal já foram afetados pelas medidas de confinamento decretadas pelos diferentes governos para conter a propagação do novo

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

coronavírus na comunidade e também representam um risco elevado a saúde pública aqueles que vão continuar a trabalhar (vendedores ambulantes, feirantes e taxistas).

De acordo com União Africana (2020), a crise sanitária de COVID-19 aumenta pressão de segurança alimentar na africa ocidental e na região de Sahel estima-se que 11,4 milhões de pessoas estejam a precisar de ajuda de imediata, devido impacto de COVID-19, ainda segundo as Nações Unidas, 73 milhões de pessoas em africa sofrem de insegurança alimentar ajuda situação que será agravada com a crise sanitária de COVID-19 por meio do seu impacto no comercio mundial e cadeia de produção e de valor, e assim também no abastimento de produtos de primeira necessidade que tanto precisam para alimentar no dia a dia, como consequência de restrições administrativas impostas pelos diferentes governos do mundo inteiro para controlar a propagação do vírus (viagem, limitação de circulação e distanciamento físico entre outros medidas) afetam fortemente as famílias com rendimento baixo que trabalham nas economias informais, precisam de exercer atividade para conseguir meios de subsistência do dia a dia, particularmente em africa (em Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), onde existe inúmeros pessoas nestas situações.

2.6- Impacto de COVID-19 na Economia do Senegal em Comparação com os Países de PALOP

De acordo com o FMI (2021c), a economia senegalesa é uma das poucas economias que registou um abrandamento no crescimento económico durante o ano 2020, em 0,83% do PIB, ao contrário de muitos países registaram as contrações nas economias, apesar de impacto de COVID-19. De acordo com o Senegal (2020), o governo senegalês lançou um programa de resiliência económica e social de 1.000 mil milhões FCFA ou seja 7% do PIB, financiado pelo fundo de resposta e solidariedade contra os efeitos da COVID-19 apoiado pelo Estado e por doadores voluntários, baseada em quatro pilares essenciais: fortalecimento do sistema de saúde, fortalecimento de resiliência social das populações, estabilidade macroeconómica e financeira.

A primeira medida relativa ao fortalecimento do sistema de saúde custou 97 biliões de CFA cerca de 0,7% do PIB para ajudar nas medidas de prevenção, custos relacionados aos testes de despiste de COVID-19 e de tratamento de doentes com o vírus, o programa permitiu instalação

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

e equipamento de 52 centros de tratamento da epidemia, que no início da pandemia existia um só centro para efeito. Ainda na área sanitária o governo anunciou a contratação de 500 médicos especialistas e 1000 técnicos de saúde (Enfermeiros, Parteiras e Pessoal de Apoio).

A segunda medida diz respeito ao reforço da proteção social. Um milhão de famílias beneficiaram da ajuda alimentar concedido pelo governo Senegalês tendo um custo de 64 bilhões de FCFA e ainda isenção de pagamento de serviços públicos (água e a eletricidade) para clientes mais vulneráveis foi suspenso durante dois meses custando cerca de 15,9 bilhões de FCFA.

No que concerne a terceira medida relativa a estabilização económica e financeira. O governo do Senegal decidiu alocar um envelope financeiro para os setores mais afetados com a crise sanitária (o Turismo e Transporte) um apoio direto no valor de 100 bilhões de FCFA e criou um esquema de garantias parcial para empresas afetados com a crise sanitária no valor de 200 bilhões de FCFA, dos quais 100 bilhões de FCFA são garantias estatal de 20% de crédito para grandes empresas e 100 bilhões de FCFA são garantias estadual de 50% de crédito para pequenas empresas.

A quarta e última medida relativa aos benefícios fiscais, foi decidido conceder os benefícios fiscais as empresas que mantiver pelo menos 70% de salário de funcionários em situação de desemprego técnicas

O Banco Central da África Ocidental (2020), através do Aviso N ° 005-04-2020 decidiu criar um Dispositivo de Monitoramento e Facilitação chamado “Dispositivo Covid-19”, destinado a empresas que teriam dificuldade em financiar-se com seus parceiros bancários devido à pandemia do Covid-19, principalmente aqueles que não conseguiram obter um acordo com os bancos parceiros, para estender os prazos de seus compromissos.

O BCEAO decidiu através de Aviso N°006-04-2020, relativa a emissão de títulos de tesouro denominados "COVID-19 BONDS" pelos Estados membros, com vencimento de três meses e serão emitidos no mercado financeiros regional e servirão de almofada imediata para os governos suportarem as despesas relacionadas com pandemia, por outro lado, permite aos bancos refinanciar através do mesmo mecanismo do Banco central num prazo de três de meses, a uma taxa fixa de 2,5%.

Segundo o FMI espera-se a retoma robusta do crescimento da economia senegalesa durante 2021 e 2022, em 5,20% e 6,03%, respetivamente, atendendo aos apoios significativos disponibilizados pelo governo senegalês desde início da pandemia de COVID-19.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

De acordo com o FMI (2021b), o saldo global do Senegal registou um défice de -6,4 do PIB em 2020, contra -3,9% do PIB registado em 2019 (ver o Quadro 2.4), enquanto que os países de PALOP registaram os seguintes défices (Guiné-Bissau -9,0% contra -3,9% ; Cabo-Verde -8,9% contra -1,8%; Moçambique -5,4% contra -0,1%; Angola -1,7 contra 0,7) em relação ao PIB de 2020 e 2019, respetivamente, contrário dos outros países de PALOP e o Senegal, a república Democrático de São Tomé e Príncipe registou um superavit de 1,5 do PIB em 2020 contra -1,8% do PIB registado em 2019.

Os défices refletem os impacto da pandemia sobre as despesas no Senegal registou-se um crescimento das despesas em 2020 de 3,2% do PIB em relação as despesas verificadas em 2019 (ver o Quadro 2.5), enquanto que nos PALOP (a Guiné-Bissau 6,8%; Cabo-Verde 3,5%; São Tomé e Príncipe 2,4%; Moçambique 0,8% e Angola 0,7% do PIB em 2020) em relação as despesas verificadas em 2019 e também queda nas receitas o Senegal registou um ligeiro crescimento das receitas de 0,7% do PIB, graça as medidas assertivas tomadas para responder a crise sanitária com forte aposta na produção local de produtos de consumo interno que resultou no aumento das receitas arrecadadas pelo Estado.

Enquanto nos PALOP a medida de mitigações de impacto da pandemia não conseguiu evitar as perdas verificadas nas receitas, salvo em Angola e São Tomé e Príncipe, que em 2020 registaram um crescimento das receitas arrecadadas pelo Estado em torno de 2,5% e 2,2% do PIB, respetivamente, em comparação com as receitas arrecadadas em 2019, muito acima de aumento registado no Senegal. Entretanto, Moçambique registou uma diminuição de receitas de 7,1% do PIB, Cabo-Verde registou 3,4% do PIB de diminuição das receitas e a Guiné-Bissau registou uma redução nas receitas arrecadadas de 0,7% do PIB. De acordo com o FMI (2021b), a dívida do Senegal registou um incremento de 1% do PIB em 2020 face ao ano 2019 em que atingiu 64,8% do PIB, espere-se a manutenção da mesma em 2021 e 2022 (ver o Quadro 2.6).

Em termos da dívida pública, os países de PALOP já vinham com rácio superior ao do Senegal de 64,8% do PIB em 2019, enquanto que Angola tinha 107,1%, Cabo-Verde 125%; Guiné-Bissau 66,9%; Moçambique 103,4% e São Tomé e Príncipe 73,1%. A COVID-19 fez aumentar de forma expressivo o rácio da dívida em relação ao PIB, no entanto a Angola registou um incremento de 20% do PIB; seguido de Moçambique com 18,8% do PIB; Cabo-Verde 14%; Guiné-Bissau 11,2% e São Tomé e Príncipe 8,3%. Enquanto o Senegal registou um aumento residual de 1% do PIB (ver o Quadro 2.6).

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

No que concerne ao PIB, os países de PALOP vinham de um crescimento do PIB, exceto Angola registou quarto ano consecutivo da contração do PIB, com surgimento da crise sanitária de COVID-19 impactou negativamente o crescimento económico nestes países, sendo Cabo-Verde onde se registou maior queda no PIB de -14,03%; seguido de São Tomé e Príncipe de -6,50%; Angola -3,98%; Guiné-Bissau -2,40%, apesar de todo Moçambique foi onde registou menos a contração no PIB de -0,50% (ver o Quadro 2.3).

Entretanto mostrando forte peso de alguns setores da economia, por exemplo, em Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe são sensíveis as mudanças no turismo, ajuda ao desenvolvimento e remessas de emigrantes, a Guiné-Bissau e Moçambique também partilham os dois últimos mais as exportações de Matérias-primas, nomeadamente Castanha de Caju e Gás natural, Angola por sua vez muito sensível a variação no preço de petróleo no mercado internacional. O Senegal partilha as mesmas características com os países de PALOP, nomeadamente o turismo, investimento direto estrangeiro e exportações de minerações. O Senegal é dos poucos países do mundo que resistiu a crise registando um abrandamento no crescimento do PIB de 0,83% em 2020, através de aposta na produção local de produtos de primeira necessidade (arroz, Mandioca, Amendoim etc.) apoiando os produtores locais aumentar a capacidade produtiva para suprir interrupções na cadeia de abastecimento verificado internacionalmente.

No que tange à taxa de desemprego nos países de PALOP em 2020 registaram (Angola 30,6%; Cabo-verde 14% INECV; Guiné-Bissau 3,2%; Moçambique 25% são informações de 2018 e São Tomé e Príncipe 13,9%), de acordo com a publicação (TRADING ECONOMIC, 2021). enquanto o Senegal registou uma taxa de desemprego de 16,7%, de acordo com a publicação de *TRADING ECONOMIC* (2021). A consequência da pandemia no emprego foi mais expressiva em Angola, atendendo a forte dependência das receitas das exportações do petróleo para realizações de grandes investimentos publico.

O Senegal registou o seu caso positivo confirmado no dia 2 de março de 2020, logo depois o governo decretou o estado de emergência adotando medidas de contenção (suspensão de viagens aéreas internacionais fecho das fronteiras, limites para viagens regionais, proibições de reuniões públicas, fecho das escolas e recolher obrigatório.

Com encerramento da atividade económica para mitigar os efeitos da pandemia na economia o governo do Senegal decidiu criar um programa chamado plano de resiliência económico e social dividido em quatro eixos fundamentais (primeira medida relacionada com

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

o reforço do Sistema de Saúde Pública, segunda medida relacionada com Proteção social das Populações, terceira medida relacionada com Estabilidade Económica e Financeira e quarta e a última medida relacionada com concessão de benefício fiscais as empresas que mantenham pelo menos 70% de salário de funcionários em situação de desemprego técnico).

Por outro lado, o governo apostou seriamente na produção local para substituir as importações de cereais e graças aos esforços empreendidos pelo governo na concessão de apoios e incentivos a produção local, acolheita do ano 2020 superou todos os recordes, principalmente de cereais (arroz, milho e milheto) atingindo 3.811.000 toneladas cobrindo 95% da necessidade do país e amendoim com 1.826.590 toneladas. Um outro aspeto importante em apoio aos agricultores o governo decidiu aumentar o preço por quilograma de amendoim de 250 FCFA contra 210 FCFA praticado em 2019, permitindo os agricultores terem mais rendimento.

A estratégia do Senegal baseou na aposta a produção local de produtos de base da dieta alimentar do País, por exemplo arroz, milho, amendoim e milhete, que funcionou bem, dada que maioria dos países decidiram fechar as fronteiras, provocando aumento nos preços de produtos importados no mercado nacional, em consequência de interrupção na cadeia de abastecimentos de bens e serviços no mercado internacional, criando mais dificuldades de acesso as pessoas mais vulneráveis. A estratégia de aposta na produção nacional que não foi seguida pelos PALOP limitando a seguir as medidas genéricas de apoio a economia sem ter em vista um forte incentivo a produção local para mitigar os efeitos da pandemia nas importações, por exemplo em Angola registou um aumento considerável dos preços de produtos de primeiras necessidades o que faz tudo o sentido a estratégia utilizado pelo Senegal para responder os impactos da COVID-19 na economia.

Capítulo 3

3. Quais são as medidas estão a ser tomadas pelos diferentes países para atenuar os impactos da COVID-19 nas economias dos PALOP e de que forma as medidas sociais tomadas pelos diferentes governos contribuem para não acentuar dos níveis da pobreza

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

De acordo com o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (2020), as medidas da política orçamental tomadas por diferentes países depende do nível de índice do desenvolvimento humano, em média os pacotes fiscais são baseados em programas de apoios diretos a economia representando 4,9% do PIB em países com índice de desenvolvimento humano muito alto e 1% do PIB em países com índice de desenvolvimento humano baixo e médio, algo que ocorreu de modo semelhante com os empréstimos e as garantias.

Em consonância do que se verificou quase em todo mundo os países da PALOP não fugiram regras e adotaram algumas medidas de apoio aos rendimentos das famílias e de alívio fiscal para as empresas.

De acordo com Universidade Católica de Angola (2020), o governo concedeu o alargamento do prazo de liquidação do Imposto Industrial permitindo que mil milhões de USD circule na economia, ajudando as empresas a terem liquidez para o pagamento das suas obrigações contratuais com os funcionários,

Em primeiro lugar, o Banco Nacional de Angola reagiu reduzindo a taxa de juros, segundo a universidade católica de Angola esta reação pode não significar o mesmo que o FED e outros bancos de países desenvolvido, atendendo que canal de transmissão da política monetária está inquinado a tanta alteração a taxa de redesconto levando algum tempo estimado mais de que sete meses para influenciar a atividade económica, através de crédito e mais de que três para influenciar a inflação.

Em segundo lugar, o governo angolano adotou as moratórias bancárias suspendendo temporariamente pagamentos das prestações de crédito das empresas e das famílias.

De acordo com FMI (2020a), o BNA aumentou crédito bancário mínimo para os produtores de produtos considerados essenciais e por outro lado instruiu aos bancos a darem créditos em moeda local para ajudar os importadores de bens essenciais

Por outro lado, passado um mês o BNA decide restabelecer sua linha de provisão de liquidez permanente overnight no valor de 100 mil milhões de kwanzas para servir de suporte de liquidez dos bancos que são chamados a suspender os serviços de dívida.

De acordo com Banco de Portugal (2020a), o governo angolano beneficiou de um programa apoiado pelo Banco mundial sobre as transferências sociais de rendimento, sendo uma medida chave na mitigação dos efeitos da recessão pandémica e na preservação da estabilidade social

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

face a riscos de aumento de índice de pobreza e desemprego, como se pode constatar que em 2019, registou uma taxa de desemprego estimada em torno 29% tendo mais expressão na população jovem.

De acordo com Banco Mundial Angola (2020), o governo angolano juntamente com Banco Mundial estabeleceu um programa de apoios as famílias mais vulneráveis designado de Kwenda abrangendo cerca de 5.800 famílias a receber transferências através do programa em 2020, onde cada família recebe 8.500 kwanza por mês

De acordo com Banco Mundial Angola (2020), o Banco de Desenvolvimento de Angola abriu uma linha de crédito 26 mil milhão kwanza para financiar a compra de produtos agrícolas e pesqueira localmente produzidos, a medida serve para incentivar os produtores locais a continuarem a produção mesmo com as dificuldades inerente a crise sanitária

De acordo com FMI (2020a), o Banco Central de Cabo-Verde no final do mês de março decidiu aumentar a liquidez ao sistema bancário tendo como principais medidas a redução da taxa diretora do Banco central de 1,50% para 0,25%, redução nos valores de deposito de reservas mínimas 13% para 10%, taxa de deposito overnigh de 0,5% pontos para 0,05%.

Em primeiro lugar, o governo cabo-verdiano decidiu conceder as moratórias sobre os pagamentos de seguros e empréstimos durante abril-setembro de 2020 para as famílias, as empresas e as associações sem fins lucrativos. E posteriormente prolongou a medida até dezembro.

Em segundo lugar, o BCV decidiu aplicar medidas de prudência, incluindo a redução de rácio de adequação de capital e a provisão para os bancos comerciais em função dos pedidos dos tomadores de aplicação de moratória, ou seja, indemnização no reembolso de empréstimos por três meses.

Em terceiro lugar, o governo concedeu as garantias a empréstimos e facilidade nas obrigações fiscais, dando garantias de empréstimos até 50% para grandes empresas de todos os setores da atividade económica no valor de 1 mil milhões de CVE cerca de 9 milhões de euros, 80% nas empresas dos setores do turismo e transporte no montante de 1 bilhão de CVE, 100% para pequenas e medias empresas de todos os setores no valor de 300 milhões de CVE e para microempresas de todos os setores no montante de 700 milhões de CVE.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Em último lugar, o governo decidiu sobre liquidação rápida das faturas e reembolsos de IVA, extensão de período para os pagamentos dos impostos, e ainda possibilitou o pagamento em prestações da referida tributação e outros impostos retidos na fonte.

De igual modo, as autoridades cabo-verdiana introduziram medidas de mitigação da crise sanitária, dando apoio a tesouraria das empresas e rendimento dos trabalhadores, por outro lado garantiu a manutenção da liquidez e estabilidade ao sistema bancário, ainda Cabo verde adotou um subsídio para atender as famílias que operam nos setores informais garantindo rendimento mínimo de sobrevivência para estas que são fortemente afetados com medidas de confinamento social obrigam a paragem total das suas atividades de sustento do dia a dia, através de pequenas vendas ambulante atendendo atividade que exercem exige uma certa aproximação e grandes aglomerados.

De acordo com o Banco Central dos Estados da África Ocidental (2020), sendo uma instituição que supervisiona a política monetária, determinou algumas medidas abrangentes com vista a mitigar os efeitos da Covid19 na economia dos Estados Membros.

Em primeiro lugar, publicou um conjunto de medidas minimize os impactos da pandemia de Covid-19 no sistema bancário e no financiamento da atividade econômica na União monetária, apoiando as empresas que apresentam as dificuldades em pagar seus empréstimos devido à crise da saúde.

Em segundo lugar, o BCEAO autorizou as instituições de crédito a classificar as dívidas saudáveis de seus clientes que não estão a ser pagas devido aos efeitos da crise sanitária, em uma conta específica dentro da categoria de dívidas saudáveis e não na de dívidas incobráveis.

Em terceiro lugar, autoriza as instituições financeiras conceder aos seus clientes afetados pelos efeitos da pandemia e que solicitarem, em particular às empresas, uma prorrogação de seus termos de empréstimo, por um período de três meses renovável uma vez, sem encargos, juros, taxas ou taxas atrasadas.

Em último lugar, o Banco central decide modificar as suas taxas diretoras, através da redução de taxa mínima para as submissões nas operações de open Market de 2,50% para 2,00% e taxa de juro de balcão de empréstimos marginal de 4,50% para 4,00%.

De acordo com Nações Unidas-PNUD Guiné-Bissau (2020), a atividade económica na Guiné-Bissau é altamente informal e dependente do setor primário, particularmente da

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

comercialização da castanha de caju, principal produto de exportação e fonte de rendimento de cerca de 80% da população guineense o governo decidiu a injeção de 15 mil milhões aos cinco Bancos Comerciais para financiarem a campanha de comercialização da castanha de caju.

De acordo com o FMI (2020a), o governo da Guiné-Bissau disponibilizou 0,7 biliões de FCFA para apoiar pessoas mais vulneráveis representando cerca de 0,1% do PIB, através de entrega de produtos de primeira necessidade e de higiene nas diferentes regiões do país. Por outro lado, governo disponibilizou 790 milhões de FCFA de apoio direto a campanha agrícola, sendo agricultura representa principal atividade geradora de rendimento para população guineense.

De acordo com Ministério das Finanças da Guiné-Bissau (2020), o governo disponibilizou cerca de 4,7 biliões de CFA para o fornecimento de medicamentos, alimentos e equipamentos médicos com vista ao combate ao novo coronavírus representando 0,6% do PIB.

De acordo com Rocha (2020), o governo moçambicano aprovou o decreto sobre perdão total das multas e a redução de juros de demora relativamente aos casos de pagamento integral da dívida e das contribuições ao instituto nacional de segurança social por parte dos empregadores, porque para usufruir das prestações a empresa tem o dever entregar a contribuição do empregado mais a parte da sua contribuição, e muitas empresas em Moçambique estão na situação de incumprimento para a com a segurança social, para os funcionários afetos a estas empresas o governo decidiu permitir os seus empregados e os respetivos familiares poderem beneficiar das prestações sociais privadas. Em segundo lugar, o Banco Central dispensa a constituição de provisões adicionais as instituições de crédito e sociedades financeiras nos casos de renegociações dos termos e condições dos empréstimos antes do seu vencimento, para clientes afetados com pandemia até 31 de dezembro.

Em último lugar, o governo moçambicano pediu um empréstimo junto dos parceiros para ajudar a lidar com os impactos económicos da pandemia 700 milhões de USD, o valor em causa ajudara no financiamento de isenções fiscais desde IVA, taxa de importação de bens alimentares, medicamentos e equipamentos médicos. Por outro lado, apoios direcionados as famílias através de transferências em forma de subsídios para pessoas desfavorecidos e as pequenas e medias empresas, com simplificação e adiantamento da cobrança dos impostos.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

De acordo FMI (2020a), o Banco Central de São Tomé e Príncipe decidiu reduzir a taxa da política e as reservas mínimas de caixa e alívio temporariamente alguns rácios de prudenciais durante três meses para garantir provisão de liquidez no mercado. O conselho da administração do Banco Mundial aprovou no dia 18 de dezembro apoio financeiro a São Tomé e Príncipe no valor de 10 milhões de USD para reforçar a capacidade de resposta ao impacto da pandemia na economia santomense.

Quadro 3.8: Resumo das Medidas Tomadas por Países de PALOP

	Medidas Fiscais	Medidas Monetárias
Angola	Aprovação de cerca de 40 milhões de USD em despesas adicionais de saúde	redução da taxa de absorção de liquidez de 7 dias
	Cerca 80 milhões de USD para custear estadia de 250 médicos cubanos de reforços a técnicos nacionais	Aumento crédito bancário mínimo para os produtores de produtos considerados essenciais
	Isenções fiscais sobre ajudas humanitárias e as doações	Provisão de liquidez permanente overnight no valor de 100 mil milhões de kwanzas
	Transferência Monetária à 5.800 famílias	Concessão das moratórias bancárias para as famílias e as Empresas
		Introdução de plataforma eletrónica para transação de cambio
Cabo-Verde	Garantias de empréstimos e facilidades de obrigação fiscal a medida é estimada em cerca de 18,4 milhões de euros	Redução do rácio da adequação de capital
	Apoio a rendimentos dos trabalhadores	Redução nos valores de deposito de reservas mínimas 13% para 10%
	Subsídio para pessoas mais vulneráveis e os operadores na	A redução taxa de deposito overnight de 0,5% para 0,05% e a

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

	economia informal cerca de 2,2 biliões de CVE	redução da taxa diretora do Banco central de 1,50% para 0,25%,
	Extensão do prazo de pagamento dos impostos, pagamento em prestações o IVA e Suspensão de contribuição para fundo de pensões durante três meses.	Provisão para os bancos em função de pedidos de aplicação de moratória ou indemnização no reembolso de empréstimos por três meses
Guiné-Bissau	A injeção de 15 mil milhões de FCFA para os cinco Bancos Comerciais	A emissão de cupão, denominados "COVID-19 BONDS"
	disponibilizou 0,7 biliões de FCFA para apoiar pessoas mais vulneráveis	Dispositivo de Monitoramento e Facilitação chamado “Dispositivo Covid-19” destinado as empresas que teriam dificuldades em financiar junto dos seus parceiros bancários devido a pandemia de COVID-19
	disponibilizou 790 milhões de FCFA de apoio direto a campanha agrícola	o BCEAO autorizou as instituições de crédito a classificar as dívidas saudáveis de seus clientes que foram transportadas devido aos efeitos da crise da saúde, em uma conta específica dentro da categoria de dívidas saudáveis
	disponibilizou cerca de 4,7 biliões de CFA para o fornecimento de medicamentos, alimentos e equipamentos médicos	Modificações de taxa de diretoras redução de taxa mínima para as submissões nas operações de open Market de 2,50% para 2,00% e ainda taxa de juro de balcão de empréstimos marginal de 4,50% para 4,00%

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Moçambique	isenções fiscais desde IVA, taxa de importação de bens alimentares, medicamentos e equipamentos médicos	dispensa da constituição de provisões adicionais as instituições de crédito e sociedades financeiras
	perdão total das multas e a redução de juros de demora de contribuição para segurança social	
	as transferências em forma de subsídios para pessoas desfavorecidos	
São Tomé e Príncipe	Aumento de despesas com saúde na compra de Medicamentos, Equipamentos médicos, pessoal técnico e Centro de tratamento da doença	Redução das taxas da política e as reservas mínimas de caixa
	Alargamento de assistência social para mais vulneráveis	Alívio de alguns rácios de prudência durante três meses
	Alargamento do programa de transferência do Banco Mundial (idosos, crianças deficientes e abandonados)	
	Apoios para pequenas empresas e ao emprego	
	Apoios financeiros aos trabalhadores desempregos no setor formal e informal	

Fonte. Elaboração do autor

De acordo com Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (2020), a desigualdade nos meios e no apoio doméstico leva a experiências desiguais com a aprendizagem online, afetando mais de 1,4 bilhão de crianças e jovens, cerca de 86 por cento da população estudantil do mundo.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

As medidas tomadas pelos PALOP são em grande parte iguais no que diz respeito as medidas genéricas, distanciamento social, decreto de Estados de Emergências, fechos de fronteiras, suspensão de viagens internacionais e nacionais, uso obrigatório de máscaras, quarentena de 14 dias a doentes infetados com o novo coronavírus.

No que tange as medidas fiscais é difícil de quantificar os números de medidas fiscais tomadas por país, mas permitir concluir todos países focalizaram atenção em apoiar os rendimentos das famílias e as empresas, principalmente os mais vulneráveis, aumento da capacidade de resposta dos sistemas de saúde, através de aumento de recursos humanos e equipamentos e medicamento para tratamento de casos de doença mais grave, por outro lado, medidas que possam manter a economia viva.

No concerne as medidas monetárias, quase todos os bancos centrais agiram sobre a taxa diretora da política, na diminuição das reservas mínimas de capital, taxa overnight, constituição de provisão para atender pedidos de moratórias bancarias. Já Guiné-Bissau sendo membro da união monetária decidiu sobre a emissão de cupão, denominados "COVID-19 BONDS" para os Estados membros, dispositivo de Monitoramento e Facilitação chamado “Dispositivo Covid-19” destinado a empresas que teriam dificuldade em financiar com seus parceiros bancários devido à pandemia do Covid-19, principalmente aqueles que não conseguiram obter um acordo com os bancos parceiros, para estender os prazos de seus compromissos e o BCEAO autorizou as instituições de crédito a classificar as dívidas saudáveis de seus clientes que foram transportadas devido aos efeitos da crise da saúde, em uma conta específica dentro da categoria de dívidas saudáveis.

Conclusão

A pandemia causou enorme consequências desde perdas de vidas humanas, empregos, rendimento, na educação, interrupções assistenciais nos serviços de saúde, aumento de pobreza e privação de alimentos de primeiras necessidades entre outros efeitos da pandemia.

Os números de casos positivos confirmados e números de mortes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa não foram assim expressivos quando comparados com outros países do continente Europeu, Americano e a Asia, os mais afetados com doença de COVID_19.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Foram tomadas medidas para controlar a disseminação do vírus de novo coronavírus na comunidade, logo antes e depois da confirmação do primeiro caso positivo com a infeção da doença de COVID-19 nestes países, onde se destacam a medida de controlo da temperatura corporal nos aeroportos, suspensão de viagens oficiais de e para países fortemente infetados com novo coronavírus, o distanciamento social, obrigatoriedade de quarentena, encerramentos de estabelecimento de bens e serviços não essenciais.

No lado económico foram tomadas as medidas para mitigar os impactos na economia, onde se destacam redução de taxa diretora da política dos Bancos Centrais, apoios a rendimento das famílias e das empresas, concessão de isenções fiscais, reforços de capacidades dos serviços de saúde, extensão de prazo de pagamento de impostos, garantias a empréstimos e facilidades de obrigações fiscais, suspensão de contribuições de fundo de pensões, moratórias bancárias, aumento de liquidez ao sistema bancário.

Os impactos económicos dos PALOP, ocorreu através da sua relação com economia mundial, com ênfase no comércio, como consequência a queda na procura mundial, queda nos preços de matérias-primas, nomeadamente petróleo, diamante, gás natural, castanha de caju, cacau e carvão resultando na queda da produção e desempenho das exportações, e também nas receitas arrecadadas (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Por outro lado, o turismo (gera enorme receitas e emprego em Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe), investimento direto estrangeira, remessas de emigrantes e as ajudas aos desenvolvimentos são aspetos a considerar nesta interação com a economia mundial.

Em termo da dívida pública alguns dos PALOP estavam a registar diminuição no rácio da dívida em relação o PIB (São Tomé e Príncipe 10%, Moçambique 1,8% e Cabo-Verde 0,6%) em 2019, a situação que verificou ao contrário com a Angola e a Guiné-Bissau que registaram crescimento no rácio da dívida em relação ao PIB, em 2019 de 18,1% e 7,7% respetivamente.

A COVID-19 fez aumentar em 2020 de forma expressiva o rácio da dívida destes países em relação ao PIB, Angola 20%; Cabo-Verde 14%; Guiné-Bissau 11,2%; Moçambique 18,8% e São Tomé e Príncipe 8,3%. Em comparação com o Senegal e África Subsaariana, os rácios da dívida pública dos países de PALOP foram mais impactados com a crise sanitária de COVID-19 em 2020.

Os países de PALOP beneficiaram de apoios internacionais, principalmente do FMI e Banco Mundial concedendo o financiamento de emergência para estes países poderem responder com rapidez os impactos da pandemia sobre economia, através de mecanismo

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

chamada de COVID-19 Assistência Financeira e Alívio de Serviço da Dívida, nomeadamente Facilidade de Crédito Rápido (RCF), Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) e assistência financeira e alívio do serviço da dívida.

A crise sanitária da COVID-19 impactou mais o défice orçamental da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, seguidos de Moçambique, atendendo as estruturas económicas dominadas pelo setor informal, forte dependência das receitas proveniente da comercialização e exportação da castanha de caju e ajuda ao desenvolvimento. O primeiro caso confirmado surgiu precisamente na preparação para abertura oficial da campanha de caju, foi logo decretado o estado de emergência pondo restrições às deslocações de modo que não permitiu o normal funcionamento da campanha de comercialização e exportações da castanha de caju.

As contas públicas sofreram enorme impacto face a diminuição das receitas arrecadadas (com maior destaque na redução de donativos, principalmente apoios orçamentais, taxa cobradas nos portos e aeroportos) e forte pressão nas despesas (gastos com medidas de mitigação de impactos da pandemia nas famílias e nas empresas).

Com medidas de restrições tomadas, encerramento da atividade económica e os efeitos assimétrico da pandemia, os países com elevado grau de sensibilidade tiveram mais contração no PIB durante a crise. No conjunto dos países de PALOP Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe apresentam maior dependência no setor do turismo e ajuda ao desenvolvimento, e ainda o investimento direto estrangeiros e remessas de emigrantes, estes últimos numa situação de crise são os primeiros a perder empregos nos países de acolhimento, porque muitos deles operam nos setores mais precários da economia.

A pandemia impactou o PIB dos PALOP sobretudo em Cabo-Verde que registou maior contração no PIB em 2020 de -14,03%; seguido de São Tomé e Príncipe de -6,50%; Angola - 3,98%; Guiné-Bissau -2,40%, apesar de todo Moçambique foi onde registou menos a contração no PIB de -0,50%.

No que tange à comparação dos efeitos da pandemia no PIB dos PALOP em relação o Senegal e África Subsaariana, note-se que a contração do PIB foi mais elevada nos PALOP, salvo a Moçambique comparado com media regional. Em comparação com o Senegal e África Subsaariana, os rácios da dívida pública dos países de PALOP foram mais impactados com a crise sanitária de COVID-19 em 2020.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

A pandemia afetou o mercado de trabalho nos PALOP em 2020, com Angola a registar uma taxa de desemprego de 30,6%; seguido de Cabo-verde 14%; São Tomé e Príncipe 13,9% e Guiné-Bissau 3,2%, de acordo com a publicação (*TRADING ECONOMIC, 2021*). enquanto o Senegal registou uma taxa de desemprego de 16,7%

A estratégia adotada pelo Senegal para atenuar os efeitos do fecho das fronteiras funcionou bem, de incentivo à produção nacional, atendendo tendencialmente aos preços dos produtos importados nos mercados tendem a aumentar, criando mais dificuldades de acesso as pessoas mais vulneráveis em consequência de interrupção na cadeia de abastecimentos de bens e serviços no mercado internacional.

O Senegal decidiu apoiar a produção local tendo um resultado de enorme êxito produzindo 3.811.000 toneladas (cobrindo 95% da necessidade do país) de arroz, milho e milho, e amendoim com 1.826.590 toneladas.

A falta da capacidade fiscal e disponibilidade limitada de financiamento limitou a ação dos governos dos PALOP para responder de forma rápida e eficaz a crise sanitária e socioeconómicas, através de medidas de transferência de rendimentos para as famílias e as empresas, como forma de aliviar a pobreza

As medidas tomadas pelos governos do PALOP foram importantes para mitigar o aumento de níveis de pobreza extrema neste países, mas não foram suficientemente capazes de atenuar a pobreza como desejado, por dois fatores: primeiro maior parte da população ativa operam no setor informal da economia sem registo nos institutos nacionais de seguranças sociais, sendo assim as medidas direcionadas a esta camada de população dificilmente chega à maioria deles; e o segundo fator deve-se ao fato de populações destes países praticarem agricultura de subsistência não mecanizada, com a decretação de confinamentos gerais ou parciais afetou a mobilidade deste população impedindo-os de realizar atividades do sustento de dia a dia, causando perdas enormes. As medidas de apoio concedidas pelas organizações internacionais para África foram fundamentais na mitigação dos impactos da pandemia no continente.

Na realização deste trabalho foi encontrada enorme dificuldade na colheita das informações muitos destes países não têm sistema de estatístico organizado capaz de produzir series mais fiáveis, por outro lado, o tema em estudo é muito recente não há muito artigos científicos em português relacionado com o mesmo.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Referências Bibliográficas

- ❖ Banco Central dos Estados da África Ocidental (2020), www.financialafrik.com ›2020/03/21› covid-19-les
- ❖ Banco Mundial (2021), Acesso Livre e Aberto a Dados de Desenvolvimento Global, <https://data.worldbank.org/country>
- ❖ Banco Mundial Angola (2020), “Confrontar as Consequências Socioeconómicas COVID-19 em Angola” UNDP_AO_WB Angola_COVID-19_policy document_Dec. 1. 2020_PT.
- ❖ Banco Nacional de Angola (2020), Boletim Económicos Mensal, dezembro 2020
- ❖ Banco de Portugal (2019a), Evolução das Economias dos Palop e TL 2018-19, outubro de 2019
- ❖ Banco de Portugal (2020a), Evolução das Economias dos Palop e TL 2019-20, outubro de 2020
- ❖ Banco de Portugal (2020b), Relatório Sobre Estabilidade Financeira, dez.2020;
- ❖ Brito J., António Furtado (2015), “Determinantes do Crescimento Económico: Uma Aplicação a Países Pequenos, Com Especial Referência para Cabo Verde”, fevereiro 2015, tese de Doutoramento em Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- ❖ FMI (2020a), “Policy responses to COVID-19”, <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19>
- ❖ FMI (2021b), “regional economic outlook for sub-Saharan Africa”, Abril 2021 <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2021/04/15/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-april-2021>
- ❖ FMI(2021c),”FiscalMonitor”,abril,2021. <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2021/03/29/fiscal-monitor-april-2021>
- ❖ FMI (2021e), “regional economic outlook for sub-Saharan Africa”, outubro 2020
- ❖ Governo de Portugal (2020), Programa de estabilidade 2020
- ❖ Ibraimo, Yasfir (2019), “Dinâmicas de Endividamento Público em Moçambique na década 2009-2018: uma análise do contributo do livro desafios para moçambique”, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_yibraimo.pdf
- ❖ INECV (2020), Instituto Nacional de Estatística de Cabo-Verde
- ❖ INEGB (2018), Inquérito regional integrado sobre emprego e setor informal, Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau,2018;
- ❖ INEM (IOF,2020),” Inquérito Sobre Orçamento Familiar”, de dezembro de 2020, Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

- ❖ Kovacevic, Milorad & Jahic, Admir (2020), “COVID-19 and human development: Exploring Global preparedness and vulnerability”. Programa das Nações Unidas Para Desenvolvimento, <https://datastudio.google.com/reporting/abd4128c-7d8d-4411-b49a-ac04ab074e69/pag>
- ❖ Mattei ,Lauro & Heinen, Vicente Loeblein (2020), “Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro Revista de Economia Política”, vol. 40, nº 4, pp. 647-668, outubro-dezembro/2020;
- ❖ McKibbin, Warwick J.& Fernando, Roshen (2020), “The Global Macroeconomic Impacts of COVID-19: Seven Scenarios”, Centro de Análise Macroeconómica Aplicada (CAMA nº 19/2020),mar.2020, SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3547729> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3547729>
- ❖ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DA GUINÉ-BISSAU, DIREÇÃO DE PREVISÃO E ESTUDOS ECONÓMICOS, Respostas as Questões de Banco Mundial sobre Impacto Económicos da Pandemia, jul.2020;
- ❖ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE CABO-VERDE (2020), “Análise concreta da tendência da dívida pública cabo-verdiana de 2015 a 2020”, março de 2021, <https://mf.gov.cv/-/an%C3%A1lise-concreta-da-tend%C3%Aancia-da-d%C3%ADvida-p%C3%BAblica-cabo-verdiana-de-2015-a-2020>
- ❖ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS-DNP DE CABO VERDE (2020), “covid-19: impacto na economia cabo-verdiana”, jun. 2020; (DNP-DIREÇÃO NACIONAL DO PLANEAMENTO)
- ❖ Nações Unidas (UNCTAD, 2020), “Coronavírus: o impacto económico - 28 de março de 2020 | ONUDI (unido.org), organização de Desenvolvimento Industrial
- ❖ Nações Unidas- PNUD Guiné-Bissau (2020), “Impacto Socioeconómico da Pandemia COVID-19 na Guiné-Bissau”, (Programa das Nações para Desenvolvimento Guiné-Bissau), 28 de maio 020,https://www.gw.undp.org/content/guinea_bissau/pt/home/news-centre/COVID-19GNB0.html
- ❖ Organização Internacional de Trabalho (OIT,2020), “Trabalhadores informais entre riscos de pandemia e desemprego”, 7 de maio 2020, <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712852>
- ❖ Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (2020), Covid-19 and Human Development Assessing the Crisis, envisioning the recovery, Human Development Perspectives
- ❖ Reinhart C. & Rogoff K. (2010b), “Do colapso financeiro à crise da dívida”, NBER, Working Paper 15795

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

- ❖ Rocha, Paula (2020), CAPA PANDEMIA QUAL O IMPACTO DA COVID-19 NA ECONOMIA Revista_Exame_MZ_As_medidas_do_Governo_PDR, abril.2020
- ❖ Roubini, Nouriel(2020),” A próxima grande depressão da década de 2020”, abril 2020, Projeto Syndicate, <https://www.project-syndicate.org>
- ❖ Senegal (2020),” l’afrique et le monde face au covid-19 point de vue dun africain”, Le Soleil.sn, <http://lesoleil.sn/guest-editorialiste-lafrique-et-le-monde-face-au-covid-19-point-de-vue-dun-africain/>
- ❖ Silva, Pedro Henrique Isaac (2020), “O mundo do trabalho e a pandemia de covid-19: um olhar sobre o setor informal”, junho de 2020 <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28iEdição E.53586>
- ❖ UNECA (2020), Economic Effects of the COVID-19 on Africa, Economic Commission for Africa, United Nations, mar. 2020.
- ❖ União Africana (2020), “COVID-19 on African Economy”, abril 2020, https://au.int/sites/default/files/documents/38326-doc-covid-19_impact_on_african_economy;
- ❖ UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (2020), covid-19: impactos económicos e sociais em angola, abril 2020, CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA
- ❖ Williams, Colin C & Kayaoglu, Aysegul (2020), “THE CORONAVIRUS PANDEMIC AND EUROPE’S UNDECLARED ECONOMY: IMPACTS AND A POLICY PROPOSAL”, Journal of Economics and Business, volume 15 (1) 2020, 80-92.

- ❖ **Referências de dados**
- ❖ Banco de Portugal (2020a), Evolução das Economias dos Palop e TL 2019-20, outubro de 2020
- ❖ INECV (2020), Instituto Nacional de Estatística de Cabo-Verde
- ❖ Our World in Data, “COVID-19 deaths “UNIVERSITY OF OXFORD, <https://ourworldindata.org/covid-deaths>
- ❖ TRADING ECONOMIC (2021),TAXA DE DESEMPREGO - LISTA DE PAÍSES (tradingeconomics.com)
- ❖ World Bank (2020), World Economic Prospects, June 2020
- ❖ World Economic Outlook, (2020)
- ❖ FMI (2020d), “COVID-19 Assistência Financeira e Alívio do Serviço da Dívida”, <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/COVID-Lending-Tracker>

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Anexos

A. Contextualização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

A.1- Angola

A República de Angola fica situada na costa ocidental da África Austral, ao sul do Equador, cujo território é limitado a norte e a Nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Com uma população de cerca de 31 milhões de habitantes em 2019, segundo o Banco Mundial, usufrui de um clima tropical e tem como idioma oficial a língua portuguesa. É o sexto país africano com maior dimensão, com uma área de 1.246.700 quilómetros quadrados, uma costa de 1.650 Km e uma fronteira terrestre de 4.837 Km.

Angola obteve a sua independência a 11 de novembro de 1975. Anos depois entrou numa guerra civil que envolvia três grupos que lutavam contra o domínio português: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiado pela antiga União Soviética, a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), financiada pelos Estados Unidos, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiada por sua vez pelo regime sul-africano do Apartheid. O conflito durou 37 anos, causando várias mortes e prejudicando o desenvolvimento socioeconómico do país. Em 2002, a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, pôs fim à guerra civil em Angola.

A economia angolana é baseada na exploração de petróleo, que representa 58% do PIB, no triénio de 2006/2008, e de diamantes. Estes dois recursos minerais fortaleceram a economia na última década, embora seja importante salientar que o país é rico em minérios como o ferro, comportando grandes jazidas de cobre, manganês, fosfato, chumbo, estanho, ouro e prata, pouco ou nada explorados. A dependência face à exploração do petróleo torna, de certa forma, a economia angolana vulnerável relativamente ao crescimento do PIB real, à taxa de câmbio e ao preço do petróleo.

Luanda é a principal capital, centro de trocas comerciais e administrativas, entretanto dominador da economia angolana, onde se concentra mais de ¼ da população.

O instrumento de troca, designado de moeda nacional, é o Kuanza.

De acordo com o Banco Mundial, cerca de 49.9% da população angolana vive diariamente com menos de 1.90 dólares, explicando o nível de pobreza acentuada neste país. A taxa nacional

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

de pobreza é de 32,3% em relação à população total, segundo dados de 2018. A taxa de mortalidade em menores de cinco anos, por cada 1.000 nascidos vivos, atinge 74,7%. Em Angola, 46,6% dos partos são assistidos por equipas de saúde qualificadas. Segundo informações mais recentes do Banco Mundial, de 2016, a taxa de desnutrição nas crianças menores de cinco anos representava 19%, em 2015.

No plano internacional, Angola é membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas (ONU), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da União Africana (UA), entre outros.

A.2- Cabo Verde

A República de Cabo Verde, nome oficialmente conhecido, fica situada na África ocidental, com uma área de terra combinada de cerca de 4.033 quilómetros quadrados. Tem a língua portuguesa como língua oficial e uma língua comunitária, o crioulo.

É independente desde 1975. Faz a sua luta pela independência juntamente com a República da Guiné-Bissau, através do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Lopes Cabral. Antes da sua independência, no início das Descobertas, a ilha de Cabo Verde desempenhou um papel de grande importância no comércio de escravos, servindo como ponto de escala. Desde então, muitos dos seus habitantes emigraram. Em 1951, Cabo Verde foi incorporado como sendo um departamento ultramarino de Portugal.

No início da década 1990, Cabo Verde assumiu uma democracia representativa estável, e na falta de recursos naturais, a sua economia foi orientada principalmente, e de forma crescente, para o turismo e investimento direto estrangeiro. Dado o avolumar dos imigrantes, também vive muito das suas remessas. A moeda oficial é o escudo cabo-verdiano.

A República de Cabo Verde tem uma população de cerca de 550.000 de habitantes, segundo censo de 2019, maioritariamente de herança mista africana e europeia. É predominantemente católica romana. Possui uma taxa nacional de pobreza em torno de 35%, em relação à população total.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

Cabo Verde é membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas (ONU), da União Africana (UA), da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outras organizações internacionais.

A.3- Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa da África ocidental, limitada a sul e leste pela República da Guiné-Conacri, a norte pela República do Senegal e oeste pelo Oceano Atlântico. Tem uma área de 36 125 quilómetros quadrados, tendo uma população estimada de cerca de 1,8 milhões de habitantes. A Guiné-Bissau tem clima tropical quente e húmido, com duas estações, seca e chuvosa, e ainda tem um território insular composto por mais de 80 ilhas e uma das melhores praias no continente africano.

Durante o século XVIII, a Guiné-Bissau fazia parte do Império de Gabu, bem como do Império do Mali antes da dominação e consequentemente a queda do mesmo, e uma parte do território estava sob ocupação portuguesa desde o século XVI. No início do século XIX, passou a chamar-se de Guiné Portuguesa.

A Guiné-Bissau declarou a independência em 24 de setembro de 1973, após 11 anos de luta pela libertação nacional, liderada por Amílcar Lopes Cabral, presidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, morto um ano antes da independência destes dois países. Portugal reconheceu 10 de outubro de 1974 ano depois da declaração pela assembleia nacional constituinte para efeito na Madina de Boe no sul da Guiné-Bissau. A principal cidade chama-se Bissau, para diferenciar os nomes da Guiné Francesa adicionou-se o nome da capital.

A Guiné-Bissau é conhecida como sendo um país de cíclica instabilidade política. Desde a sua independência conheceu vários golpes de Estado, começando por 14 de novembro de 1980, liderado pelo falecido presidente João Bernardo Nino Vieira; culminado com a guerra de 7 de junho de 1998 entre o governo do então presidente Nino Vieira e o líder da Junta Militar, Ansumane Mané; em setembro de 2003 o golpe de Estado também falecido presidente Dr. Koumba Yala. Seguiram-se vários assassinatos de oficiais militares e políticos. Desde a abertura democrática, em 1994, nenhum presidente conseguiu concluir o mandato de cinco anos, como manda a Constituição da República, exceto o Dr. José Mário Vaz.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

A Guiné-Bissau é membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), Francofonia, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), entre outras organizações.

A Guiné-Bissau é rica em recursos naturais, que não foram devidamente aproveitados para o desenvolvimento do país, sendo um dos países com mais baixo PIB per capita a nível mundial e o seu índice de desenvolvimento humano dos mais baixos no mundo. Mais de dois terços da população vive no limiar da pobreza, consequência das baixas remunerações salariais. Grande parte dos empregados são do setor informal, sem estruturas industriais. A economia depende em grande parte do setor primário, nomeadamente agricultura, pesca, comercialização e exportação da castanha de caju, que representa em torno de 95,6% das exportações do país e é a principal fonte de divisas internacionais. A moeda nacional é o franco CFA da UEMOA.

Segundo o Banco Mundial, na Guiné-Bissau, em 2010, cerca de 68,4% da população vive com menos de 1,90 dólares por dia. Em 2014 somente 45% dos partos são assistidos por profissionais de saúde qualificados. Em 2019, a taxa de mortalidade nos menores de cinco anos por 1.000 nascidos vivos situou-se em 78,5 da probabilidade de que venha falecer sem completar os cinco anos de vida. A prevalência de desnutrição nas crianças menores de cinco anos de idade representa 18,8% e a taxa nacional de pobreza, em 2010, situou-se em torno de 69,3% da população.

A.4- Moçambique

A República de Moçambique, como é conhecida oficialmente, situa-se no Sudeste de África, limitado a leste pelo Oceano Índico, a Tanzânia a norte, Malawi e Zâmbia a noroeste, Zimbabwe a oeste e ESwatini e África do Sul a sudoeste. É um Estado soberano que está separado das Comores, Mayotte e Madagáscar pelo canal de Moçambique, a leste. A principal cidade é Maputo. Moçambique conquistou a sua independência em 1975, tornando-se República Popular de Moçambique. Pouco tempo depois, mergulhou numa guerra civil que durou de 1977 a 1992. Em 1994 realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias e, desde então, tem permanecido estável.

Moçambique é dotado de recursos naturais ricos e extensos e a sua economia é baseada principalmente na agricultura, com uma indústria em crescimento, principalmente alimentos e

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

bebidas, fabrico de químicos e produção de alumínio e petróleo. Também o sector do turismo está em expansão. Moçambique tem como principal parceiro comercial a África do Sul. É uma fonte de investimento direto estrangeiro e tem uma disponibilidade de água e energia, rico em minerais e gás natural, dispõe de três portos de águas profundas, constituindo uma vantagem comparativamente a outros países com quem partilha fronteira terrestre. Por exemplo, dos seis países com fronteira terrestre quatro não têm acesso ao mar, dependendo sempre de Moçambique para terem acesso aos mercados globais.

Moçambique tem uma população de 30 milhões de habitantes, segundo dados de 2019, segundo o Banco Mundial, e uma extensão territorial de 801.590 quilómetros quadrados. Por outro lado, em 2014, cerca de 63,7% da população moçambicana vivia com menos de 1,90 dólares por dia, tendo uma taxa nacional de pobreza em torno de 46,1%, uma taxa de prevalência de VIH na população de 15 a 49 anos de 12,4%, em 2019. A taxa de alfabetização da população adulta com mais de 15 anos representa 60% e os gastos do governo com a educação situou-se em 5,5% do PIB.

Moçambique é membro de pleno direito Organização das Nações Unidas (ONU), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA), entre outras organizações.

A.5- São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe, designação oficial, é um país insular situado no Golfo da Guiné, ao largo da costa equatorial ocidental da África Central, constituída por dois arquipélagos em torno das duas ilhas principais. São Tomé e Príncipe., com uma distância de cerca 140 km (87 milhas) e cerca de 250 e 225 km (155 e 140 milhas) ao largo da costa noroeste do Gabão, possui um clima típico equatorial, com temperaturas médias anuais que variam entre os 20°C e os 30°C, possuindo duas estações, seca e chuvosa, a primeira começa em outubro e termina em fevereiro e a segunda estação começa no mês de março e termina em setembro.

Segundo o Banco Mundial, tem uma superfície de 960 quilómetros quadrados, 531 quilómetros quadrados de área florestal e 45,5 quilómetros quadrados de terra cultivável. Possui um solo rico vulcânico e a proximidade com o Equador torna São Tomé e Príncipe ideal para o cultivo de açúcar e mais tarde culturas comerciais como café e cacau.

Impacto da COVID-19 nas Economias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as medidas tomadas pelos diferentes Governos para responder à Crise Pandémica

A República Democrática de São Tomé e Príncipe tornou-se independente em 1975 e tem uma democracia representativa com um regime político constitucional semipresidencialista, onde o Presidente da República é o Chefe de Estado e o Primeiro-ministro é o chefe do governo. Tem uma população estimada de cerca de 215.0056 habitantes no ano de 2019, a maior parte da população reside na zona urbana, representando cerca de 65,1%, e o único hospital de referência está situado na ilha de São Tomé, Dr. Ayres de Menezes.

O Banco Mundial realça o facto de que a taxa da mortalidade nos menores de cinco anos por 1.000 nascidos vivos situou-se em 29,8 da probabilidade de venha falecer sem completar os cinco anos de vida. A prevalência da desnutrição nas crianças menores de cinco anos representava 5,4%, em 2017. A taxa nacional de pobreza da população, que vive com menos de 1,90 dólares americanos por dia, em relação à população total é de 35,6%.

São Tomé e Príncipe é o segundo menor Estado soberano, seguido de Seychelles, bem como o menor país de língua oficial portuguesa. O país tem apostado de forma séria no turismo para o seu desenvolvimento. Dadas as potencialidades naturais, a recente descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas profundas, atualmente em estudo, poderá mudar um pouco as tendências da construção do sistema económico. A principal atividade económica das populações continua a ser atividade pesqueira, tendo como principal produto de exportação o cacau, que representa cerca de 60% das exportações do país.

É membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outras organizações internacionais.

Os PALOP passaram por momentos históricos muito difíceis, tendo alguns enfrentado guerras civis, nomeadamente Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, após longas guerras pela independências que todos sofreram para se libertarem do domínio português durante anos, momentos esses que podiam ser aproveitados para a construção de modelos de desenvolvimento socioeconómico, que era o objetivo principal de autodeterminação dos povos, pondo os recursos usados para as guerras civis que tanto custou a vida da população.